

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

GUSHIKEN, Luiz. Luiz Gushiken (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 50min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Luiz Gushiken  
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2019

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

**Levantamento de dados:** Melissa Lourenço Machado;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

**Técnico de gravação:** Marco Dreer Buarque;

**Local:** Brasília - DF - Brasil;

**Data:** 15/03/2006

**Duração:** 2h 50min

Arquivo digital - áudio: 6; Fita cassete: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

**Temas:** ABC Paulista; Administração de empresas; Atuação parlamentar; Banespa; Bens públicos; Campanha eleitoral; Central Única dos Trabalhadores; Ciência e tecnologia; Democracia; Eleições presidenciais; Família; Filosofia; Fundação Getulio Vargas; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Greves; Investimento privado; Japão; Luiz Inácio Lula da Silva; Mandato político; Movimento sindical; Mulher; Organização social; Partido dos Trabalhadores - PT; Partidos políticos; Poder constituinte; Política; Religião; São Paulo; Saúde pública; Sindicalismo; Universidade de São Paulo.

## *Sumário*

1º entrevista: 15/03/2006 Origens familiares de imigrantes japoneses; o problema de apneia; a infância no interior de São Paulo; o ingresso no curso de administração de empresas na Fundação Getulio Vargas; o período de um ano que cursou Filosofia na Universidade de São Paulo (USP); o início da atuação política em 1976 na Liberdade e Luta (LIBELU); a ligação com o movimento trotskista; a participação no movimento sindical no sindicato dos bancários; a atuação dentro do BANESPA; a possibilidade de uma abertura política a partir de 1977; a primeira greve do ABC em 1978; o contato com Luiz Inácio Lula da Silva; a ligação do sindicato dos bancários aos metalúrgicos; o processo de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT); o processo de fundação da Central Única de Trabalhadores (CUT); a atuação como responsável pela área sindical do PT; a presidência do sindicato dos bancários; o início da trajetória parlamentar, como deputado constituinte; a direção nacional do PT. 2º entrevista: 24/03/2006 O aspecto individualista presentes nos mandatos parlamentares; a primeira candidatura do Lula; a montagem de uma comissão de mulheres suprapartidária no parlamento; as disputas internas do partido; o papel na coordenação de campanha do Lula em 1989; a eleição de 1989 como um momento de upgrade do partido; a radicalização como fenômeno da não acomodação; a decisão de largar o mandato em 1998; a criação de uma empresa vinculada a cálculos atuariais; a saída do partido; a criação do conceito de tendência do partido; a ilusão da democracia como espaço em que ideias são apresentadas e discutidas; o convite de Lula para participar da campanha eleitoral de 2002; sua experiência na Secretária Especial de Comunicação Social (SECOM); a discussão acerca do mundo da publicidade; o poder como influência.

*1º entrevista: 15/03/2006*

M.M. – Ministro, eu gostaria de começar essa conversa com o senhor falando um pouco sobre as suas origens familiares, sua formação escolar, um pouco da sua história de vida.

L.G. – Bem. Antes de qualquer coisa, eu devo fazer uma observação preliminar. Toda vez que me pedem para que eu retroaja no tempo, eu sempre digo que eu tenho um problema de apnéia, eu tive apnéia grave, um longo período, e parte do arquivo do passado foi simplesmente queimado pela...

M.M. – Deletado.

L.G. – Deletado, não é. Então, eu tenho esse problema, muito pessoal, com relação a fatos do passado. Bom. Eu sou de uma família, meu pai é japonês, veio para o Brasil com treze anos de idade e viveu aqui sem o dia-a-dia dos pais, ele viveu com uns tios dele; minha mãe é nissei; e sou de uma família de sete filhos, eu sou o mais velho, de família muito humilde, pobre; e aos quatorze anos, eu comecei já a trabalhar; e dos quatorze aos dezoito anos, trabalhei numa empresa de construção; depois dos dezenove anos, comecei a trabalhar no Banespa, onde permaneci até a minha aposentadoria.

M.M. – Mas o senhor nasceu?...

L.G. – Eu nasci em Oswaldo Cruz, no estado de São Paulo, uma cidade do interior; depois mudei, com quatorze anos de idade mais ou menos, mudei para Presidente Prudente; de Presidente Prudente, em 1970, fui para São Paulo, para trabalhar no Banespa. Minha formação acadêmica, eu cursei administração de empresa, Fundação Getúlio Vargas, mas um curso inconcluso: faltou um semestre de uma matéria. E depois de cinco anos, abandonei a escola; fiz um ano de filosofia na USP. E do ponto de vista da política, eu comecei a atuar na política por volta de 1976, na oposição bancária e ao mesmo tempo ingressando numa organização clandestina de caráter trotskista, mais conhecida como Liberdade e Luta; e permaneci nessa organização clandestina até 1979 – 80. E na condição de... Ah sim. Em 1978, eu fiz parte da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo e fui a primeira diretoria de oposição na categoria bancária, depois do período da ditadura militar. E de 78 até 1985, eu exercia vários cargos.

M.M. – Como é que foi essa sua opção de começar a militância política e por que essa opção pelo movimento da Liberdade e Luta? Havia, na época, várias tendências, várias discussões políticas enfim.

L.G. – Na verdade, o engajamento das pessoas numa organização política, ela não se dá a partir de uma escolha prévia de... digamos assim, de pensamentos dessas correntes no qual você, conscientemente, adere, faz opção, criticando as outras. Não. Você adere por motivações que são de natureza política, social, cultural, psicológica, etc.. No meu caso em particular...

M.M. – Às vezes, até redes de relações, de amizades.

L.G. – Exatamente. No meu caso em particular, eu tive a sorte –, porque considero que foi importante na minha vida pertencer à organização clandestina marxista –, tive a sorte de pessoas que eram do Banespa, onde eu estava trabalhando, e ligadas ao movimento sindical fazerem parte dessa organização então. Foi através desses contatos é que eu comecei então a ter acesso à literatura marxista. E naquela época, eu fazia um curso de história, onde por uma série de coincidências, na GV (Fundação Getúlio Vargas), o professor Edgar Carone solicitou que eu fizesse uma exposição sobre o governo Artur Bernardes, enfocando o movimento trotskista da época. Eu não tinha a mínima idéia de que era isso, movimento trotskista, não tinha a mínima idéia. Quando ele deu para mim, para fazer esse estudo, na verdade eu estava já aproximando dos trotskista. Quando ele deu essa incumbência, quer dizer, eu achei uma forma de conciliar uma exigência acadêmica na escola com o interesse político. E fiquei muito surpreso quando percebi nos companheiros da organização uma capacidade argumentativa muito superior àqueles colegas da escola, professor da escola, a respeito de um movimento que era importante, não é, o movimento marxista, etc.. E tive contato com textos que, na época, eram... eram textos, digamos, sigilosos, era proibida a divulgação; por exemplo, o programa da 4ª. Internacional, de Trotsky, que quase ninguém tinha, eu tinha acesso a esse documento, então até dei para um professor, um outro professor da escola da GV, que ficou entusiasmadíssimo com isso e pediu para que eu fizesse uma exposição na sala de aula, e eu fiz. Quer dizer... Então, era uma coisa interessante, quer dizer, tanto na escola como na vida sindical, eu estava tendo acesso a uma referência teórica muito importante, que era o marxismo leninista e trotskista. Isso foi um elemento motivador muito grande, ou seja, em duas esferas de ação social, eu estar sentado num ponto em comum, que era a teoria marxista. Por outro lado também, eu sempre tive uma visão mais crítica sobre os problemas sociais que existiam no

Brasil. Desde cedo, eu olhava aquilo e... Essas coisas assim, de uma percepção mais acurada sobre processos sociais, eu tinha isso. Então, quando eu entrei na política, isso ficou muito mais fácil de ser analisado, abordado; e um campo em que eu podia ter interferência organizada. Isso foi importante para mim. Quando eu descobri que o sindicato era um espaço de ação para aquilo que eu considerava importante, que era a injustiça social, ah! eu entrei de cabeça, não é, entrei com tudo; e fiz disso, digamos, o objetivo da minha vida durante um longo período, um longo período; quer dizer, a política era parte essencial da minha atividade, da minha vida; tudo mais era secundário: escola era secundário, trabalho era... até secundário.

M.M. – Por que você não continuou com seus estudos, para terminar o curso?

L.G. – Não, eu... Na verdade, eu estudei, fiquei seis anos na GV. É que faltou uma matéria, de seis meses. Eu levei (ao) DP. Eu não tive tempo para fazer outra matéria.

M.M. – Pelo envolvimento político.

L.G. – É. Eu estava envolvido em atividade clandestina, movimento sindical, que começou a estourar em 77, não é, já germes de uma explosão que, em 79 e 80, o ABC, com o Lula, não é...

M.M. – É. Explodiu.

L.G. – Explodiu, não é. Então, naquele ambiente tão tenso, escola, para mim, era uma coisa absolutamente secundária, não é. E, na escola, eu gostava mais das aulas particulares que a gente tinha com o professor, o Gilberto Vasconcelos; a gente pagava, um grupo de alunos pagava a ele para ele dar aula particular para nós, sobre assuntos que a escola não dava. Era um grupo de alunos da GV.

M.M. – Eu imagino que o curso devia ser muito tradicional, não?

L.G. – Não, esse... Bom. Tem o currículo de administração de empresas, não é. Mas esse professor Gilberto Vasconcelos era o professor de sociologia na escola, então nós tínhamos um grupo de umas dez pessoas que gostavam dessas matérias todas, não é.

M.M. – Ciências sociais.

L.G. – Ciências sociais. Então nós pagávamos ele para dar aula, na casa de um amigo, em final de semana, só para ouvir as palestras dele sobre... naquela época, era sobre os teóricos

de Frankfurt, Marcuse, esse pessoal todo, não é, Marx, etc.. Isso já demonstrava uma tendência a uma separação em relação àquilo que, academicamente, a GV dava para a gente, está certo?

M.M. – Claro. Que era outra coisa.

L.G. – Era outra coisa. Que era política, não é. Mas, enfim, é nesse momento que eu começo então a explicitar uma vontade de fazer a política o eixo da minha vida. Quando nós conseguimos ganhar o sindicato dos bancários, em São Paulo... Quer dizer, nós éramos oposição sindical. Ganhar...

M.M. – Como é que era esse quadro? Você desculpe, eu vou lhe fazer algumas perguntas que podem ser um pouco cansativas, mas esse depoimento, ele tem um caráter histórico. A idéia é que ele sirva para daqui a cinquenta anos. Muitas coisas que você está dizendo eu até conheço, porque sou da mesma geração; mas, certamente, um jovem não conhece. Então eu vou, às vezes, voltar a algumas explicações, de maneira que uma pessoa que não tem nenhum conhecimento desse quadro, ao ouvir ou ler o seu depoimento, possa ter uma noção de como essas coisas aconteceram.

L.G. – Veja. As circunstâncias da época... Em primeiro lugar, nós vivíamos sob o regime de ditadura militar, então as discussões, por exemplo, de política, nós fazíamos clandestinamente. Eu me reunia, por exemplo, na USP, em salas de aula, igreja, eu participava, eu fiz muita reunião em igreja, com esse grupo clandestino, na casa de amigos, para discutir textos, discutir as resoluções da organização...

M.M. – Os famosos grupos de estudo.

L.G. – De estudo, é. Grupo de Estudos Revolucionários (GER), como a gente chamava. E também discutir, nessas reuniões, a ação junto ao ambiente onde cada um era responsável. Eu, no meu caso, era o ambiente sindical bancário; que também vivia sob um regime repressivo, não é. Mas nós atuávamos meio que abertamente, no Sindicato dos Bancários de São Paulo, assim, como oposição. Já era uma luta mais aberta. Evidente que as massas ainda não estavam, não eram protagonistas da cena político-sindical. O importante era um grupo, pequeno, que atuava dentro do aparelho sindical mas de maneira aberta. Nós tínhamos um boletim da oposição, que às duras penas conseguimos imprimir, e entregávamos nos bancos, para falar da gente, da oposição sindical. Nessa época, tem um fato, que é muito interessante, que marcou muito a minha vida: nós conseguimos derrubar um... uma espécie de um gerente-geral do

Banespa, que era tido como uma pessoa muito autoritária, e eu e mais dois colegas fizemos uma ação dentro do Banespa, colocando, por exemplo, boletins de denúncia contra aquela atitude autoritária desse gerente-geral do Banespa, colocamos em todos os banheiros do banco. [ri] Esse gerente caiu uma semana depois ou logo depois. O que mostrava um clima propício para uma ação de contestação de algumas práticas que existiam, consolidadas há muito tempo, mas que o contexto permitia um confronto. Então, essa experiência foi muito interessante, porque mostrou a capacidade de você estender os limites que estavam dados pela ditadura, não é, dentro de uma empresa, de você tirar um administrador autoritário, que deixava todo mundo doente. Em 77 se dá a primeira manifestação dos estudantes, de forma aberta, reprimida pela ditadura. Em 77 também, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo oferecem a primeira manifestação de indignação contra a política salarial do governo. Portanto, começa a se apresentar no Brasil um contexto mais propício a uma ação mais direta das massas, sob a vanguarda sindical ou política partidária. Portanto é início... Se nos anos 76, 77 era a coisa meio clandestina, a partir de 77 começa a se esboçar possibilidade de uma ação mais aberta; em 78, então, explode a primeira greve do ABC, quando então irrompem-se no cenário político sindical grandes manifestações. E os bancários aí tiveram papel de destaque. Em 78, fizemos uma greve, comandada pela oposição sindical; nós, em assembléia, dominamos o processo político e deflagramos a greve. Só que foi uma greve derrotada, porque nós copiamos exatamente o modelo da greve do ABC, que ficou muito famosa a partir de uma insígnia que era: máquinas paradas e braços cruzados; então os trabalhadores operários ficaram parados dentro da fábrica. Só que este modelo, aplicado em banco, foi um desastre, porque o grupo de comissão, de chefia, no banco, é muito grande; e eles estavam mais propensos a aceitar a orientação da alta cúpula do banco do que do sindicato. Então, quando nós pedimos para que aqueles trabalhadores ficassem dentro do banco, que era a faixa mais de baixo, eles ficaram sob uma pressão constante. Então, foi uma greve engraçada, porque vinha levar de trabalhadores para o sindicato, pedir orientação da greve, e nós dizíamos não, tem que voltar para o banco; falavam: é impossível voltar para o banco; não, mas nossa greve é braços cruzados e máquina parada. [ri] Uma coisa até engraçada porque... Foi a primeira experiência de greve, eu achava estranho a condução de uma greve absolutamente em conflito com a vontade da massa. A massa vinha às levar ao sindicato, dizia assim: não, vocês estão mandando a gente ficar dentro do banco, mas não dá; a gente falava assim: não, mas volta para o banco porque...



M.M. – Tem que ficar dentro do banco.

L.G. – Tem que ficar no banco. Quer dizer, é a idéia de copiar literalmente, não é...

M.M. – Uma experiência sindical para outra.

L.G. – É, uma experiência que não se aplica. Mas 78 foi uma greve derrotada, derrotada em termos econômicos, porque nós não conseguimos...

M.M. – Não conseguiu obter as conquistas desejadas.

L.G. – Mas ela se espalhou para vários estados brasileiros. Em 79 então, fizemos uma greve muito mais potente, aí já sob direção do sindicato que até então estava na mão... sob direção da oposição. Quer dizer, essa greve também, ela ajudou a tornar vitoriosa a oposição sindical.

M.M. – Essa greve de 79.

L.G. – A greve de 78. E nessa eleição de 78, nós fizemos a eleição sindical mais forte até então realizada no Brasil, pós ditadura militar, não teve nenhuma eleição com as características de oposição sindical e com uma... como parte de uma luta. Então nós, por exemplo, nós inovamos muito a maneira de fazer eleição sindical no Brasil. E era campanha de massa. E tínhamos...

M.M. – Como era essa inovação?

L.G. – Como era uma campanha de massa e nós trabalhávamos com o público de modo geral, então o sistema de propaganda, que foi o que nós bolamos, era um sistema muito mais amplo, então eu mandava fazer cavaletes (a gente chamava de cavalete na época) e tabuleta – oposição sindical, pela igualdade democrática; oposição sindical, chapa dois é contra a ditadura militar. Então, na verdade, essa eleição sindical, ela teve também por base bandeiras contra o regime político brasileiro.

M.M. – Quer dizer, era uma luta política, muito maior do que a questão estritamente sindical dos bancários.

L.G. – Sindical. Exatamente. E... enfim, jogamos publicidade numa escala, até então, inexistente na área sindical. Aquilo marcou muito. Marcou o público bancário que viu, foi impactado por uma propaganda sindical que, até então, ele desconhecia, impactou outras categorias sindicais, impactou a população de modo geral. E a gente colocava em pontos chave.

Na Consolação, por exemplo, enfiava cavalete direto, não é. Para isso precisava ter uma estrutura organizativa muito concentrada, muito bem organizada, muito disciplinada. Que foi fácil montar, a partir da experiência clandestina, que era uma...

M.M. – Desse grupo Liberdade e Luta.

L.G. – Desse grupo. E eu comandava, inclusive, a... chamava tropa de choque. Tinha um grupo de pessoas que ficava numa casa, vivia tudo junto, preparava tudo. E teve momentos assim, muito interessantes, nessa eleição, porque... A eleição sindical no Brasil sempre foi difícil. Porque a legislação favorecia aos dirigentes que estavam no cargo, os chamados pelegos. E eu me recordo que, no primeiro turno, precisava de quorum para abrir as urnas, e eu sabia que, se fossem abertas as urnas, daria chapa dois oposição. Só que esse quorum estava difícil de obter. Porque os bancários tinham que ir votar no sindicato ou tinha que a urna passar nos bancos, e às vezes tinha problema de fiscalização. Então eu mandei essa tropa de choque, numa certa madrugada, fazer vários cavaletes, para colocar no centro bancário. E os bancários tinham uma vantagem, que estavam concentrados num espaço físico, que era o chamado centro velho, rua XV de Novembro, Sete de Abril, tudo. E o cavalete era assim: “O voto é obrigatório. Lei tal, tal, tal. Dirija-se ao sindicato” Porque eu queria que os bancários dessem o quorum para abrir as urnas, não é. E eu fiz a discussão com o comitê, dizendo o seguinte: vamos fazer cavalete então, voto é obrigatório, e, de manhã, a outra tropa de choque vai colocar. Pois não é que, no meio da madrugada, quando eu acordo e vou ver os cavaletes, eles trocaram, ao invés de voto é obrigatório, eles puseram voto é importante. Porque eles fizeram uma discussão, achando que a oposição estava sendo autoritária...

M.M. – Em querer convocar para a eleição.

L.G. – Em querer convocar. Eu me recordo que tive uma discussão doida com o pessoal que decidiu a mudança, e eu mandei refazer todos os cavaletes e botar “o voto é obrigatório”. [ri] Aí, de madrugada, enfurnamos o centro bancário, e teve uma fila enorme de bancários para votar; porque tinha uma legislação que obrigava. Aí, deu quorum, as urnas foram abertas, deu chapa dois, e fomos para o segundo turno, praticamente, vitorioso. Isso é um dado engraçado porque isso mostrou quanto...

M.M. – Você estava nessa diretoria. Você vai ser presidente mais tarde.

L.G. – É, mais tarde. Eu fui vice-presidente nessa eleição. Portanto, aquela eleição teve um papel muito significativo no quadro da luta sindical brasileira, porque ele foi o modelo de disputa do aparelho sindical. E nós levamos essa experiência para ene sindicatos. Eu costumo dizer que, ainda que os metalúrgicos tenham sido os que conseguiram levantar este país, a grande referência para o movimento sindical brasileiro foi o metalúrgicos, entretanto, do ponto de vista de levar, de maneira mais disciplinada, organizada, o modelo de ação política, o nosso sindicato foi muito mais forte. Nós tivemos oposição sindical vitoriosa em vários estados, a partir da nossa experiência. E tanto que os bancários tiveram um peso muito grande na trajetória política da CUT e do PT. É só observar, por exemplo, Olívio Dutra, governador, Zeca, governador, está cheio de prefeitos bancários, o próprio governador do Piauí hoje, são todos ex-bancários, ex-sindicalistas bancários. Por força de uma ação que nosso sindicato desencadeou e que permitiu que, em outras áreas, essa influência positiva houvesse, para que eles fossem mais arrojados na luta sindical. Então, o poder de difusão da experiência do nosso sindicato, nesse período, foi muito grande, muito grande. É aí que a gente tem então um contato mais estreito com o Lula. Lula não era de oposição sindical; ele não vinha dessa experiência. Ele vinha da continuidade do sindicato, não é. Ele até viu a gente com uma certa desconfiança. Quando eu fui pedir a apoio para ele, ele não deu. [ri] Engraçado a história, não é. Eu até gozo ele, quando eu, às vezes, rememoro essa época. Mas nosso sindicato foi muito leal aos metalúrgicos. Nós colocamos inclusive, naqueles momentos mais agudos do sindicalismo operário do ABC, nós colocamos um diretor à disposição daquele sindicato, com um carro. Ninguém tinha carro; mas esse diretor que ficava no ABC, ajudando os metalúrgicos, tinha carro disponível. E tudo por causa de uma solidariedade, que a gente achava fundamental. O peso do nosso sindicato foi tão determinante que, ao longo do tempo, seja no processo da CUT como no processo PT, nós tivemos muita relevância. O estatuto da CUT passou na mão de mim, do Jacob Bittar e do Lula, a feitura, e da Clara Ant também, (que) era dirigente sindical dos arquitetos.

M.M. – É. Ela falou para a gente ontem. Como é que foi essa sua opção de participar da fundação do PT e, também, se afastar dessa corrente, da LIBELU?

L.G. – A LIBELU tinha uma tese que dizia que os sindicatos, no Brasil, eram burgueses, eram sindicatos, enfim, que deveriam ser eliminados, e nós tínhamos que buscar outras alternativas institucionais, que eles chamavam de sindicatos livres. Nesse momento, eu percebi,

como dirigente sindical eleito, que era um absurdo aquela tese. Além disso, a LIBELU também tinha, naquela época, uma tese sobre o PT. Eles eram contra o PT.

M.M. – É. Eu me lembro.

L.G. – Eu sou um dos poucos dirigentes da organização clandestina chamada OSI – Liberdade e Luta – que, no congresso, foi eleito contrariando todas as teses. E as pessoas que me elegeram, na célula, diziam que eles estava me elegendo para o congresso porque eu tinha exatamente as idéias contrárias à posição oficial da organização, que eram contra o tal sindicato livre e contra essa rejeição PT. Aquilo foi inconciliável, não deu para conciliar. E logo, assim, em seguida, eu já estava no PT, não é. Então, eu não entrei exatamente na fundação do PT, foi logo uns meses depois.

M.M. – Você não participou daquela célebre reunião.

L.G. – Não, não participei. Foi logo depois.

M.M. – No processo de legalização, naquela fase de buscar assinaturas e filiados.

L.G. – É, assinaturas, filiar. E eram só reuniões, reuniões, reunião direto, não é. Então eu já começo a participar dessas articulações, não é. Já como dirigente sindical, com certo destaque, porque nós tínhamos greves que...conseguiu despontar várias lideranças, eu fui uma delas, então, para o PT, foi importante. O PT nasce, na verdade, sob influência de várias correntes; mas, para a sua existência, para se consolidar como organização, o PT precisou de lideranças reais, na época, que eram as lideranças forjadas na luta sindical. Evidente, posteriormente, são lideranças forjadas na disputa eleitoral, a disputa institucional, parlamentar e do poder executivo. Mas, até então, nós não tínhamos lideranças, a não ser as forjadas nesse âmbito mais restrito que era a questão sindical. Por isso a grande leva de sindicalista no início da formação do governo, do qual eu fui um dos... das pessoas...

M.M. – Uma das figuras chave desse quadro.

L.G. – É.

M.M. – E aí também, nesse processo, logo depois da fundação do PT, começa a luta pela fundação da CUT. Como é que foi esse processo?

L.G. – Esse processo foi muito rico porque... Também, nesse caso, nosso sindicato teve um papel de muito destaque, muito, muito destaque. Nós já tínhamos essa concepção. E nosso

sindicato tinha uma vantagem em relação aos outros sindicatos: nós teorizávamos muito, nós escrevíamos muitas teses. E dessas teses, desde o início, sempre esteve presente na nossa formulação a idéia da criação de uma central sindical, que a gente chamava central sindical independente, como forma de unificar a luta dos trabalhadores. Então, quando a CUT começa a se esboçar como possibilidade, nosso sindicato esteve na origem desse movimento e foi um grande impulsionador. Tanto que a tese da CUT, a estrutura da CUT, ela foi basicamente montada no nosso sindicato. Pouca gente sabe isso. O sindicato do ABC tinha uma tese, era uma cópia, era quase que uma repica da Central Operária Boliviana, chamada COB. E a gente questionava muito essa estrutura boliviana como um modelo para ser implantado no Brasil. E isso foi feito pela assessoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Então teve um dia que eu, Lula, Jacob Bittar e Clara Ant, reunidos numa discussão para definir o estatuto, eu disse ao Lula que ele estava com uma proposta absolutamente inaceitável para o Brasil, que era uma réplica, era uma cópia fiel. Inclusive, quando o Lula perguntou – “mas como assim?”, eu li o estatuto da COB boliviana e li o estatuto que está sendo proposto por vocês, é uma cópia fiel. Aí o Lula percebeu que não dava para... Um momentinho só.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.M. – Você estava falando do processo de formação da CUT.

L.G. – Da CUT. Veja só. A idéia da construção de uma central sindical passava por vários processos de articulação. Mas a manifestação de vontade para a criação de uma central não foi difícil de se explicitar no Brasil, porque...

M.M. – Agora uma coisa. Como é que vocês viam o passado, ou seja, a história?

L.G. – A história passada, não é. CGT, essas coisas.

M.M. – É, Jango, a CGT. Qual era a visão que vocês tinham disso?

L.G. – Olha, basicamente, eu diria o seguinte, houve um rompimento com essa história; muito por conta de a força hegemônica do passado, que era o Partido Comunista Brasileiro, não ter força nesse processo, nesse novo processo. Nesse novo processo, pelo contrário, o PCB estava completamente fora do jogo político sindical. Nós tínhamos o Arnaldo, que era de Santos, um dirigente sindical de Santos que tinha ligações com o PCB, e tentava influenciar; e sempre numa visão um pouco retrógrada. Porque a ação da construção da CUT era uma inovação. A maneira como estava se pensando, a forma de articular, a explosividade da...

digamos assim, do comportamento dos dirigentes em torno da criação de uma central era totalmente diferente daquilo que se fazia no passado, onde uma cúpula partidária ia amarrando bonitinho... não tinha... Era outro processo. Como eu disse a você, a vontade da criação de uma central no Brasil, nesse período, foi muito fácil de ser detectado, porque as greves, elas impunham a necessidade de uma coordenação nacional, dado que as greves, nesse período de 78, 79, 80, 81, elas continuaram, num processo muito acelerado. E quando a CUT foi fundada – em 83, se não me engano...

M.M. – É, 83.

L.G. – Já estava, portanto... Ela era resultante de milhões de pessoas que, bem ou mal, buscavam certos níveis de unidade, ou por categoria ou por estado ou por região, ou por greves nacionais. Então uma central sindical como expressão material organizativa de milhões de pessoas que se movimentam, que têm ação prática, é uma coisa nova. Ela sempre surge, na verdade, da idealização de algumas pessoas que vão... de cúpula, formando assim, para depois chegar na massa. Não. A CUT, ela é resultante, na verdade, eu diria assim, é a expressão consciente de um movimento inconsciente, um movimento que existia, que era a greve em escala de massa, em busca de unidades superiores, em nível de categoria ou de espaço regional, geográfico, etc.. Então a CUT quando é formada, ela é formada por uma vontade manifesta de muitos dirigentes sindicais, da massa e tudo, e a idealização... a estrutura institucional dela passou muito pelo debate interno em nosso sindicato; foi a nossa posição a vitoriosa, do Sindicatos dos Bancários de São Paulo. E nessa famosa reunião com o Lula, Bittar e Clara Ant, eu nunca me esqueço disso porque eu mostrei que a proposta do ABC, feita pela assessoria do ABC, era uma cópia quase que fiel de uma central sindical que não tinha nada a ver com a nossa experiência. E isso foi provado. Eu não me esqueço também que, nessa época, eu já era dirigente responsável pelo PT na área sindical, quem faz a apresentação no PT, para a direção do PT, de uma futura estrutura de uma CUT, fui eu que fiz. Nunca me esqueço disso. Inclusive, num espaço amplo, com todos os dirigentes do PT, e eu fazendo a exposição sobre a estrutura sindical partidária. E até, esses dias, eu lembrava com um companheiro que ajudou a fazer o... não é organograma... como é que chama? esse desenho....

[FINAL DA FITA 1-A]

L.G. – (.....) com relações funcionais. Quando você tem... Era um fluxograma. Quando você quer mostrar que uma linha não intersecciona, você faz um movimento *assim*, não é? E

eu olhava... mas que coisa esquisita essa curvinha aqui. Foi o Sérgio que explicou para mim que era uma forma de se mostrar que ela não se interpunha. Nunca me esqueço desse detalhe técnico; [ri] mas foi fundamental para eu explicar isso para os dirigentes do PT. Então a CUT brota dessa manifestação consciente de dirigentes sindicais, e não foi difícil de realizar; teve vários encontros preliminares, vários encontros, chamado... como é que é? conclave, enclaves, conclaves de CUT, não é. Nunca vi como um processo difícil. Toda chapa aprovada em enclaves e conclaves passava na mão de alguns dirigentes, sempre, todos; e os bancários sempre estiveram como uma base fundamental no processo decisório. Nosso sindicato teve um papel de muito destaque.

M.M. – Quer dizer, o sindicato dos bancários era tipo um coração da CUT, poderia dizer assim?

L.G. – Não, coração, eu não sei se poderia dizer. O coração foi o metalúrgico do ABC.

M.M. – O cérebro.

L.G. – Nunca entendido de forma consciente por parte dos seus dirigentes. Mas eu diria que – eu, como eu conheço os bastidores, eu diria que a parte cerebral dependia muito dos bancários. Agora, para ter sucesso, dependia do referendo dos metalúrgicos de São Bernardo. Por isso que toda a estratégia nossa, durante muito tempo, foi ser leal, leal era a palavra. Por isso, essa relação...

M.M. – E vocês sempre buscavam uma relação muito estreita.

L.G. – De absoluto reconhecimento da supremacia dos metalúrgicos do ABC. Por isso, eu fui muito querido pelos metalúrgicos do ABC. Eu tenho uma relação muito grande, de muita amizade com dirigentes, com essa peãozada de lideranças do ABC, muito antiga, e com os dirigentes também, não é, o Lula e toda a diretoria do sindicato, não é, por causa dessa relação de lealdade antes de tudo. E lealdade, onde presumia-se o reconhecimento da supremacia do sindicato do ABC como principal sindicato do Brasil. Acho que isso foi um elemento decisivo da estratégia da CUT, do PT e da relação futura.

M.M. – Quer dizer, nesse período em que você está totalmente envolvido com o movimento sindical, quer dizer, inclusive, as eleições de 82, na primeira eleição que o PT vai disputar, muita gente vai entrar, muitos desses quadros importantes, os que tinham mais visibilidade vão ser chamados para disputar.

L.G. – Os famosos presos políticos.

M.M. – É. Você não pensou nisso.

L.G. – Nunca.

M.M. – Você não cogitava disso. Continuava com a militância. E aí você, a partir de 85, vai ser candidato e vai ser eleito presidente do sindicato dos metalúrgicos.

L.G. – Dos bancários.

M.M. – Desculpe. Dos bancários.

L.G. – É. Mas depois eu sou deputado eleito para a Constituinte. É exatamente isso.

M.M. – E a sua eleição então, para o sindicato dos bancários, foi um desdobramento natural.

L.G. – É, natural, porque era a mesma diretoria de oposição, era o mesmo grupo político, 78, depois... Nós fomos cassados, ouviu. Em 79, eu fui cassado, com mais...

M.M. – É. Teve esse episódio. O sindicato, inclusive, teve um processo de intervenção.

L.G. – É. Nós tivemos quatro dirigentes cassados, bancários, os quatro membros do Liberdade e Luta. Eu, a ex-vereadora Tita Dias, um outro dirigente chamado Ademar e Washington. Nós fomos cassados. Mas... Porque nós éramos dirigentes de fato do movimento bancário. Só que, apesar da cassação sobre quatro dirigentes, nunca houve, por parte da diretoria do sindicato, obstáculo à gente continuar participando; a gente participava as reuniões deliberativas do sindicato. Em setenta e... Acho que em 81, se não me engano, nós tivemos então a intervenção no sindicato dos bancários e toda a diretoria foi cassada. Não sei se é 81.

M.M. – Tudo bem. Não se preocupe. Depois, a gente checa as datas.

L.G. – Aí, a diretoria cassada, e nós vivemos um longo período no sindicato na condição de diretoria cassada; e mesmo assim, nós não deixamos de levar o movimento sindical. Era difícil...

M.M. – Vocês continuavam.

L.G. – Continuamos. Reunia numa igreja, no espaço de uma igreja, coletávamos dinheiro da categoria bancária para produzir um jornal. Então, mesmo com a cassação, nós mantivemos



a ação sindical, em grau menor, evidentemente, mas sempre ligado à categoria. Então... Quer dizer, a ditadura não tinha mais recurso para afastar a ação sindical desse movimento, não tinha.

M.M. – É. É um período em que as coisas já estavam...uma intensidade das lutas sociais.

L.G. – É. Mas se tentava, através de mecanismos burocráticos, administrativos, impedir que a oposição ganhasse sindicatos, não é, cassando, por exemplo. Cassação é... Lula foi cassado, e quanta gente foi cassada nesse país.

M.M. – É, foi muita gente.

L.G. – Então, é o mesmo grupo político que está dominando o sindicato; e até hoje, continua, na sucessão... Hoje, eu nem conheço os dirigentes sindicais, mas... enfim, todos eles fazem questão de estar vinculado a essa trajetória histórica.

M.M. – Você teve duas diretorias como presidente?

L.G. – Não. Eu fui, primeiro, vice, depois, secretário-geral, depois presidente.

M.M. – E como é que foi essa opção, em 86, de se candidatar? Ah! antes disso, teve a greve de 85. Seria interessante você falar um pouquinho. Foi uma greve nacional.

L.G. – Essa foi a maior greve... Esteve aqui, semana passada, o Sérgio, da Alboré. Não sei se já ouviu falar no Sérgio, da Alboré. É uma empresa de comunicação, e durante muito tempo,( no/ do sindicato atuou.) E ele falou uma coisa engraçada. Ele falou assim: “Gushiken, eu me lembro que, em 85, eu fui com um companheiro a tua casa, pedir para você não ser candidato a deputado.” Eu nem me lembrava disso. Ele falou que tinha visto... Como ele assessorou essa greve, ele tinha visto, pela primeira vez, um esforço unificado entre oposição e os chamados pelegos, que era outra ala. E eu fiz essa costura política, em 85, para dar certo essa greve. E ele disse uma coisa também que me chamou a atenção: é a maior greve na história desse país, em termos de categoria profissional; foi quase um milhão de trabalhadores. Essa greve foi muito importante. Ela conseguiu não só ser vitoriosa, (mas) uma greve naquele período, depois de muitas derrotas, apoiada pela população. E teve um processo de articulação muito complexo. Nós articulamos desde a ala digamos mais combativa, que a gente chamava, com a ala mais retrógrada, que eram os antigos, os chamados pelegos; mas eles aderiram à greve. Isso se deveu muito a uma ação que eu desenvolvi pessoalmente. E também, no processo

de montar essa greve, nós tivemos que articular com o Exército, para o Exército não reprimir a greve, então nós tivemos várias ações novas do ponto de vista da articulação política pública.

M.M. – E como era fazer essa articulação com o Exército?

L.G. – Eu sabia que a greve ia acontecer, tinha certeza que essa greve ia acontecer; para ter um sucesso, ia depender da maneira como nós iríamos nos relacionar com a sociedade de um modo geral. E a primeira preocupação nossa era a repressão. Então eu fui no comando, no quartel general do 2º Exército, São Paulo, conversar com o comandante, junto com a imprensa, explicar para o comandante as reivindicações nossas e como os banqueiros estavam agindo pelas reivindicações.

M.M. – Quais eram as principais reivindicações?

L.G. – Ah, agora, não lembro. Era aumento de salário. Sempre aumento de salário. E eu me recordo que o comandante disse assim: “Acho justa a reivindicação de vocês. E esteja certo que nós não temos nada que ver com o movimento sindical.” [ri] Bom, com isso, ele deu a senha de que eles não iam entrar nessa...

M.M. – Claro. Não iam se envolver.

L.G. – Se envolver. Que era muito importante. Já tinha sido... eu fui preso várias vezes pelo Exército. Viemos aqui no Congresso Nacional conversar com os dirigentes políticos. Conversamos com tantas lideranças aqui em Brasília... Enfim, fizemos uma costura política e tal. E sempre com a imprensa reverberando essas ações. De tal maneira que a sociedade ficou de certa maneira consciente de que iria ser deflagrada uma greve. E banqueiro sempre foi hostilizado pela opinião pública. Quer dizer, nós jogamos também com esse sentimento, não é, em prol do nosso movimento. E, com isso, a greve foi vitoriosa. Foi uma greve muito forte, muito forte, muito impactante, com a adesão enorme de toda a categoria, e foi um marco. Essa greve teve um resultado inesperado para mim, pessoalmente. Eu estava numa assembléia de funcionários do Comind, negociando um assunto que... essa empresa estava falida, e eu usei de vários artifícios para tentar negociar a bom ter os interesses dos funcionários. Essa empresa ia fechar. Aí numa assembléia, espontaneamente, um dos funcionários pega o microfone e fala que eu deveria ser deputado constituinte. Naquela época, a manifestação favorável foi tão forte, que eu falei, acho que vou ser deputado mesmo. [ri] Foi assim. Foi fã clube.

M.M. – Porque você não tinha, até então, cogitado dessa carreira política.

L.G. – Não. Nem... Imagina. Nem estava aí. Estava pensando no sindicato. E quando surgiu essa manifestação de massa espontânea, eu falei, ah, eu acho que esse caminho, pode ser um bom caminho, que é da vontade da categoria. Foi aí que então começou a trajetória minha de parlamentar. Aí eu saí do sindicato e fiquei na minha...

M.M. – E também nesse ano de 86, você foi eleito membro do diretório nacional do PT? Acho que foi, não foi?

L.G. – Eu não sei se é nessa época. Talvez. Eu sempre pertenci aos órgãos da direção partidária, pela estadual, com José Dirceu, muito tempo. Nacional, não me recordo em que época não, viu.

M.M. – Esses dados, antes de fazer entrevista, a gente vai coletando. Mas muitas vezes, as próprias informações, elas são meio contraditórias e nem sempre são exatas, então a gente vai checando; e depois chega a uma data final. Mas enfim, como é que foi essa experiência como deputado constituinte? Porque você agora entrava num outro mundo, numa outra forma de fazer política, outro tipo de relação.

L.G. – A Constituinte foi um momento muito especial no Brasil, não é. E também não é um paradigma para...

M.M. – A atuação parlamentar.

L.G. – Atuação parlamentar.

M.M. – Imagino que você tenha tido uma relação muito especial com a Constituinte.

L.G. – Tanto que depois... Depois, eu perdi a vontade de continuar. A Constituinte foi uma experiência muito boa porque ela tinha movimento de massa proletária; tinha manifestações de massa em termos, mas enfim, tinha um movimento muito grande.

M.M. – A sociedade se mobilizava.

L.G. – A sociedade mais consciente, mais organizada, ela se manifestava. Então você tinha uma relação muito forte com aquilo que brota da sociedade em termos organizado. Então, isso era elemento motivador para a ação parlamentar. Que a ação parlamentar, ela é muito só, ela é muito individualista. O deputado pensa antes de tudo nele. Eu descobri uma coisa em eleição, que... Depois, eu dava cursos no PT para os futuros postulantes a mandato parlamentar, eu começava assim: o deputado é aquele cidadão que, quando ele se elege, a primeira coisa que

ele pensa é na reeleição dele. Eu falei, é impressionante como o aspecto individualista, centrado na vontade da pessoa, é uma marca da subjetividade. Só que ninguém fala. É dissimulada esse...essa vontade.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.M. – Você estava falando da peculiaridade e do individualismo do deputado.

L.G. – É. Eu não me esqueço disso, que eu falava isso nas palestras para os postulantes a cargos parlamentares, e o Paulo Rocha, esse deputado aqui do Pará, ele um dia fez questão de lembrar desse... “Gushiken, eu nunca me esqueço de uma aula que você deu para nós, quando você falou isso, que o parlamentar tem essa doença.” Mas eu dizia: mas isso é uma coisa dissimulada, ninguém fala, não é, mas é uma coisa... É uma atividade muito só, é muito... *(Chega alguém, pede licença para dar um recado ao ministro.) Interrompe-se a gravação.*

[FINAL DA PRIMEIRA FITA]

2ª. Entrevista: 24/03/2006

M.M. – Ministro, nós queríamos começar nossa conversa do dia de hoje retomando aquele ponto onde nós paramos da vez passada. O senhor estava falando da sua trajetória política e do seu ingresso na vida parlamentar. Como foi essa experiência, quais foram as modificações e o sentimento mesmo de sair da vida sindical e entrar em outro tipo de atividade política?

L.G. – Bom. Na verdade, quando eu entrei no parlamento, a ideia não era sofrer uma separação com a atividade anterior, que era a sindical, era tentar fazer algo que estabelecesse uma ponte entre as demandas do sindicato e a instituição parlamentar, e principalmente, na área que eu era representante, área dos bancários. Mas convém, antes de falar sobre isso, destacar um aspecto interessante no processo interno do PT. Isso é importante, na medida que, pela primeira vez, uma situação inusitada se apresentou naquela época: foi o fato do Lula ser candidato também. O fato do Lula ser candidato colocou uma questão interessante. Muita

gente achava que o Lula ia derrotar, quer dizer, nas hostes do PT, ia derrotar porque seria o grande puxador de votos. Eu fiz uma defesa de uma tese. Eu disse que o Lula, ele tinha que ser o candidato preferencial do partido, ou seja, o foco do partido em termos de adesão a uma candidatura parlamentar; que era uma coisa nova porque, até então, o partido, no momento de eleições, se fragmenta, cada grupo apoiando o seu candidato; o que é natural. Naquele momento, eu propus que o Lula fosse o candidato preferencial. Era um conceito novo. Eu me lembro que até o Djalma Bom não gostou disso. Djalma Bom tinha sido deputado federal.

M.M. – Nós fizemos uma entrevista com ele.

A. F. – Ele comentou isso.

L.G. – Ele comentou? Ele ficou muito irritado com a minha...

M.M. – Não, isso ele não comentou, não.

L.G. – Ele ficou muito irritado com a minha colocação. Eu dizia que essa era a melhor maneira de ajudar o PT porque, na medida que houvesse concentração de fogo em torno de uma candidatura forte, ele poderia aumentar o número de votos da legenda. Isso é uma coisa matemática, normal. Mas como o processo é sempre fragmentado, no interior de um partido, quando existem eleições proporcionais, aquela postulação apareceu como uma coisa meio esquisita. Mas enfim. Acabou sendo, na prática, o candidato preferencial, não é. Mas foi um dado interessante, porque eu vi muita gente se rebelar contra isso. Eu achei estranho, não é. Falei: mas eu sou candidato a deputado federal, vou ser beneficiado; o outro também vai ser beneficiado. Por que eles se rebelam? Por causa desse medo que tinha, de que o Lula poderia açambarcar... Enfim. Foi um momento interessante do debate. E quero também chamar a atenção para o fato de que aquela primeira legislatura que eu participei, foi o momento onde o PT conseguiu atingir, se não me engano, o número de dezesseis deputados federais. Foi um momento assim, de um certo salto, e num contexto político extremamente diferente, porque era Assembleia Nacional Constituinte. É nesse quadro onde a maior liderança popular no Brasil é o deputado, também o deputado, que eu faço parte da bancada do PT. Mas como havia dito na vez passada, o ambiente constituinte é um ambiente singular, quer dizer, é completamente diferente dos outros ambientes normais, portanto não serve como referência para nada, em termos de comparação. O que vai destacar que o processo de tensionamento, de mobilização, de relacionamento dos representantes do povo no parlamento com os movimentos sociais se dá

numa escala infinitamente superior, é todo dia, você tinha relacionamento direto com os movimentos sociais. Aquilo era uma caixa de ressonância, não é, que vibrava todas as demandas da sociedade. Então é nesse contexto que a gente exercita o primeiro mandato. É muito diferente, portanto, não serve como balizador para a atuação no parlamento. No que tange, especificamente, a minha ação, como eu disse a vocês, eu era muito ligado aos bancários, então teve dois momentos muito interessantes nessa atividade minha; que foi o fato de que, primeiro, eu recebi uma proposta de estatização do sistema financeiro. E foi incorporado... Uma emenda minha. Evidentemente que hoje eu não faria isso. O segundo aspecto, esse sim, foi uma coisa muito interessante, muito... trouxe efeitos positivos para a minha candidatura, porque mexeu com milhões de trabalhadoras, e pouca gente sabe disso. É o fato de que na legislação sobre previdência existia um dispositivo que dava ao homem a possibilidade de uma aposentadoria proporcional, e as mulheres não gozavam dessa prerrogativa; e acabou a Constituinte aprovando que mulher, aos vinte e cinco anos de trabalho, teria direito a aposentadoria proporcional. Isso acabou sendo inserido na Constituição. Depois foi retirado, em 98, se não me engano. Como é que surgiu essa emenda e como é que foi aprovado na lei constitucional? A história é a seguinte. Os bancários, através de um líder evangélico, fez um movimento, e que resultou num abaixo-assinado de mais de vinte mil assinaturas da categoria bancária, pedindo aposentadoria proporcional aos bancários. Evidentemente que eu, como representante dos bancários, levei essa proposta para a bancada do PT. Eu não me esqueço nunca que o Lula perguntou assim: “Bom, mas por que só bancários? Por que não metalúrgicos, ferroviários...” e foi citando uma série de categorias, no fundo para inviabilizar a minha demanda, está certo? [risos] Porque ele via que isso não seria factível. Bom. Eu, por sua vez, eu tinha obrigação de apresentar a demanda, porque eu era o representante dos bancários. Mas aí eu fiquei sabendo, ao estudar essa matéria, de que algumas categorias profissionais, homens, tinham esse direito, na legislação específica. Ah, mas então, na hora, eu disse: eu vou colocar para as mulheres em sentido amplo. Mas como é que eu tinha que costurar, para que essa emenda pudesse aprovar? Então eu fiz a seguinte costura: montei uma comissão de mulheres, uma comissão suprapartidária, peguei as deputadas mulheres e solicitei que o deputado... um deputado, já falecido, que era o defensor da causa feminina... como chamava? Do Rio de Janeiro. Ô meu Deus do céu...

M.M. – Era aquele do divórcio? Nelson Carneiro?

L.G. – Nelson Carneiro. Nelson Carneiro.

M.M. – Ele era conhecido como o deputado do divórcio. Sofreu uma campanha enorme da Igreja Católica.

L.G. – É. Mas aí eu pedi ao deputado Nelson Carneiro que assumisse essa bandeira, amparado num grupo de mulheres, numa comissão suprapartidária, que defenderia esta postulação. Isso foi feito. E foi aprovado na Constituinte. Olha que coisa interessante, não é. Porque, naquele contexto, quem fazia belos discursos, quem tinham uma pressão muito bem fundamentada aprovava as emendas, não é. E foi aprovada, portanto, uma emenda que ajudou muita gente. Evidentemente que para eu preservar, digamos assim, a ideia de que eu era o patrocinador da emenda, eu fiz as deputadas assinarem uma espécie de declaração, dizendo que eu era o patrono oficial da emenda. E a partir dessa declaração dessas deputadas, que dava o direito de eu exercitar o patrocínio dessa ideia, de que essa ideia original foi minha, eu fiz duas campanhas eleitorais, baseado nesse direito consagrado da Constituição. E tive muitas vantagens porque as mulheres bancárias constituem um percentual significativo da categoria bancária. E um outro detalhe. As mulheres bancárias vinculadas a empresas estatais buscavam essa aposentadoria porque o fundo de pensão complementava também, proporcionalmente, mas ela tinha mais facilidade de exigir essa aposentadoria do que outras que não tinham o fundo de pensão. E na categoria bancária, como eu disse, você tinha na Caixa Econômica Federal, Caixa Econômica Estadual, Banespa, Banco do Brasil, vários bancos, tinha fundo de pensão. Então, houve uma demanda muito grande das mulheres em torno desse direito. Isso foi uma coisa muito importante na minha vida parlamentar. Eu fiz campanhas enormes em cima desse direito. Que foi um dado assim que me marcou muito. E poucas mulheres sabem, no Brasil, que graças a isso têm esse direito. [risos]

M.M. – Graças a essa campanha. [ri]

L.G. – Graças a essa campanha que eu articulei no Congresso. Então, naquele ambiente, o exercício de meu mandato é muito vinculado às demandas da categoria bancária e... enfim, e os trabalhadores organizados nos sindicatos que pressionavam a bancada do PT. Então, naquele momento, a gente era uma espécie de...

M.M. – Correia de transmissão.

L.G. – É, correia de transmissão da demanda sindical para a vida parlamentar.

M.M. – A experiência parlamentar, ela tem aqueles formalismos, aquela forma de atuar dentro da Câmara. Como é que era isso? Como é que vocês vivenciavam isso? Porque inclusive, depois, a gente vai ver que muitos parlamentares do PT, e o próprio Lula, chega uma hora que ele diz: “eu não aguento isso aqui”.

L.G. – Esse fenômeno é muito interessante, numa faixa de lideranças que tiveram por detrás o movimento de massa, contato direto com as massas, e depois, no parlamento, você não tem mais essa...

M.M. – Essa proximidade.

L.G. – Essa proximidade e essa forma de relacionamento. Isso marcou muito. Inclusive, eu cheguei a fazer várias piadas em torno dessa questão. Você tinha o pinga-fogo, por exemplo. O pinga-fogo, você falava cinco minutos, cada deputado se inscreve e fala, e um deputado começa a falar de formiga, o outro fala de plantação de trigo, outro fala de elefante, outro fala de ciência e tecnologia, quer dizer, absolutamente, não tem nenhuma lógica entre os discursos que são feitos. Portanto, um deputado que está no plenário assistindo o pinga-fogo, ele está na presença de um caos discursivo. E era engraçado que, no começo, os deputados se dirigiam ao plenário, os deputados novos, para exercitar sua função parlamentar; mas com o tempo fui percebendo que aquilo era absolutamente desnecessário, que aquilo era uma perda de tempo, ficar ouvindo todos os discursos sem absolutamente nexos nenhum. E eu me recordo que o Meneghelli, um dia... [ri] Isso já depois, não é, no outro mandato. Mas com a minha bagagem, minha experiência, Meneghelli falou: “Gushiken, puxa vida, é duro ficar aqui no plenário nesse pinga-fogo.” Falei: “Não só é duro porque você tem que ficar ouvindo...”

M.M. – Deve ser chatíssimo, não é.

L.G. – Mas você tem que ficar ouvindo mas atento, você não pode dormir, você não pode ler um jornal, porque aí o fotógrafo vem, apresenta você como desleixado. Fica lendo jornal, desrespeita. Então, é uma coisa muito ruim. Eu sei que essa experiência é negativa. Aí eu disse para o Meneghelli o seguinte: “Meneghelli, tem uma coisa que eu percebi: a inutilidade tem uma função no parlamento. [ri] Quando você fica sentado lá, ouvindo aquelas asneiras, ou faz de conta que está ouvindo, com uma postura, na verdade você está tendo uma função de inutilidade, não é, mas que, se você não pratica isso, pode pegar mal. – falei - Você tem que entender bem o conceito de inutilidade parlamentar.” Porque aquilo é absolutamente inútil,



ficar ouvindo aqueles discursos, totalmente inútil. Mas você é obrigado a se posicionar. Eu tive outra experiência interessante. Esse permitiu que eu tirasse algumas conclusões a respeito da vida parlamentar. Eu costumo dizer o seguinte, que o político...tanto como executivo mas, as duas outras experiências parlamentar que me deu mais elementos para essa convicção. É o ator mais completo que tem, do ponto de vista da utilização do tempo. Por quê? Porque o político... O ator profissional, um artista de teatro, de cinema, ele incorpora um papel mas no momento que ele está treinando, está fazendo um ensaio ou vai fazer a produção de um filme, de um teatro; depois disso, é ele. O político não. O político, talvez no quarto dele, na intimidade com a esposa, ele tira a máscara e é ele mesmo; mas até na sala dele, às vezes, a empregada ou por causa de uma visita. Então o político, ele é obrigado a introjetar o papel, num tempo tão longo, que eu já vi político que assumiu o próprio papel. Ele finge tão completamente, em tempo tão longo, que ele perdeu sua identidade como pessoa, ele é o próprio papel. E eu conheço muita gente assim no parlamento. Portanto são pessoas que não conseguem conversar o cotidiano, são pessoas que não conseguem aprofundar discussões de coisas simples, a não ser numa narrativa meramente política. Engraçado esse perfil do político. E isso eu percebi ao longo do tempo, porque sempre eu tive essa tendência a tentar analisar um pouco o comportamento humano, e me chamou muito a atenção; como é desgastante o papel de um político, numa sociedade onde a relação com o público é muito forte. Imediata, uma mídia que está toda hora mostrando o que é o cidadão, então... E a introjeção de um papel por um período longo acaba criando certos monstros, porque as pessoas têm uma visão muito focada num mundo extremamente parcial, pequeno. Bom. Eu estou falando de alguns detalhes da vida parlamentar, mas...

M.M. – É interessante. Mas você tinha começado a falar, na vez passada, você estava dizendo que essa atividade parlamentar era muito solitária.

L.G. – Ah! sim. Demais.

M.M. – E logo nesse primeiro mandato, se algumas vezes você foi convidado para falar um pouco dessa sua experiência com aqueles novatos, os que estavam entrando em outras legislaturas.

L.G. – É. Isso, isso. O Paulo Rocha, uma vez, disse assim: “Gushiken, eu me recordo de um seminário que você deu para nós, e eu era sindicalista e pensava em ser parlamentar, e nunca me esqueço de uma coisa que você disse” – num desses cursos que a gente dava, a gente

organizava, eu disse: o deputado é aquele cidadão que no primeiro dia após a sua eleição, ele está pensando na sua reeleição. E ele passa quatro anos de agonia, por conta desse objetivo maior; que é um objetivo que é dissimulado, porque ele não pode falar isso para o público, não é. Aliás, o outro aspecto já clássico na política, que é a dissimulação. Ele é um comportamento tão forte no político, a dissimulação é um componente do tempo do político tão violento que adúltera, mexe com a personalidade dele. Mexe. E quando eu falo do ator também, não é. Por isso, o político, geralmente, com muito cuidado você conversa com ele. Ele sempre está com as intenções ocultas em quase toda a linguagem dele; a narrativa do discurso do discurso político é uma narrativa onde as intenções geralmente estão implícitas, não estão explícitas, por causa desse papel que ele é obrigado a vivenciar. Então o Paulo Rocha lembrava desse dado. Por que razão isso existe? Porque o parlamentar, ele é muito isolado, ele postula um espaço que é muito dele, é muito dele e dependeu muito....

[FINAL DA FITA 1]

L.G. – (.....) no parlamento, faz com que, dada as regras existentes hoje, o adversário de um candidato que postula um mandato parlamentar não é o candidato de outros partidos, ao contrário, é o candidato do seu próprio partido.

M.M. – Ele disputa internamente.

L.G. – Você disputa internamente. Então essa visão coletiva ou com base numa cooperação, uma solidariedade, é outra coisa falsa. Pelo contrário. Porque existe uma disputa ferrenha internamente. Evidentemente, isso é um desvio, acho, das regras. Por isso que... Não por isso mas isso pesa também na minha definição a respeito da lista partidária como um componente mais civilizador, porque institui dentro dos grupos o sentimento de solidariedade, que é natural como grupo. Quando o grupo se dissolve, e a formação é de partidos, de partes, evidente que uma legislação que obriga essa parte a se fragmentar é uma coisa esquisita. Porque a natureza da política é as partes se digladiarem; e as partes não podem, têm que ter o máximo de homogeneidade, de relações, de cooperação interna. Então, a atividade solitária do deputado, ela se dá em razão de vários aspectos, desde a legislação que obriga esse tipo de disputa interna, como o seu próprio mandato: ele é o mandato do indivíduo.

M.M. – Ele não é do partido.

L.G. – Ele é do partido mas isso do ponto de vista da sua identidade partidária ou de algumas postulações que ele possa fazer em termos de programa de governo, etc.; mas no resto, é ele, sozinho, defendendo os interesses de um grupo de eleitores que cacifa ele como deputado. É nesse sentido que eu falo que é uma atividade muito isolada; e principalmente por causa da disputa interna. A disputa interna leva a esse processo de você criar o máximo de espaço possível dentro da sua organização, e é você que vai ter que criar, é o teu grupo, não é, contra outro grupo. Isso é uma coisa muito ruim, mas existe. Mas é dissimulado, não é.

A. F. –Esse comentário que você fez, de passagem, a propósito da emenda de estatização do sistema financeiro, você falou que hoje, evidentemente, não faria isso. Quer dizer, essa passagem desse momento em que reflete o movimento social anterior, essa caixa de ressonância de demandas mais corporativas, para, a partir da experiência parlamentar digamos assim, pensar de uma forma mais ampla a questão nacional, a vida política em termos de projeto, e inclusive rever, digamos assim, algumas bandeiras, algumas posições, esse debate sobre a viabilidade das coisas, como é que foi isso na vida parlamentar, marcou muito essa mudança de visão sobre a política, o projeto político?

M.M. – Só complementando. Porque não foi só o sistema financeiro. Olhando aqui, você foi um deputado que participou em muitas comissões ao longo de seu mandato. E sempre, nessas comissões, as causas que você abraçava e as emendas que você propunha estavam muito ligadas a essa proposta de uma forte intervenção do Estado na economia. Como é que você via isso e como é que se dá, de uma certa forma, pela sua própria observação, essa alteração de visão?

L.G. – Veja. Em primeiro lugar, é preciso que se explique uma coisa. É natural que todo debate no parlamento, quando o grupo é minoritário, extremamente minoritário, ele tende a radicalizar posições. É uma coisa meio normal. Radicalizar significa colocar proposições de difícil atingimento. A moderação não é próprio de grupo pequeno; ainda mais no PT, que nasceu um partido com vocação para ser hegemônico, então ele começou a sua história nessa linha de radicalização. Bom. Esse é um contexto importante para entender, exatamente, por que algumas proposições eram colocadas. Agora evidente, você tinha também outras, de natureza mais ideológica, que diz respeito à relação do Estado. Eu penso que na origem do pensamento petista, digamos assim, uma certa ilusão sobre o papel do Estado existia. Ilusão, eu digo, em termos de achar que ele é o comando único do processo produtivo, do processo de

organização da sociedade, etc.. Mas hoje, evidentemente, eu sou obrigado a moderar mais essas minhas apreciações, porque a realidade é diferente daquilo que eu imaginava.

M.M. – E estar no poder é uma outra coisa. Implica em outras responsabilidades.

L.G. – É outra coisa. É. Porque, no fundo é o seguinte, uma coisa é você postular ideias, outra coisa é você exercitar a mudança efetiva com poder. O poder numa sociedade, ela se espalha para diversos protagonistas. O governo dentro do Estado, ele é uma parte do poder. Bom, nós estamos vendo hoje esse debate, o debate que hoje é desencadeado contra o governo Lula. E quanto mais a sociedade é complexa e mais democrática mais o poder é fragmentado, não é. E às vezes o poder, tal como eu explico, é um poder explícito. Esses dias, eu conversava, eu conversava com o diretor Eurípides e um outro jornalista importante da *Veja* (isso foi há uns dois anos atrás) a propósito da relação da mídia com o Estado. Eu disse: o que é que leva, compele os jornalistas a pautarem discurso crítico em relação ao governo como elemento de principalidade na sua forma de fazer o jornalismo? Ele disse: “É muito simples, Gushiken. Eu acho – disse – eu acho, opinião minha, de que nós da imprensa temos que criticar o governo por uma razão simples: nós somos um poder e o governo é outro poder; só que nós somos um poder menor. Quem é um poder menor só se afirma batendo no maior, então nós temos que bater.” É uma explicação simples, que eu considerei correto. Não é todo mundo que fala assim, dessa maneira tão direta. E o Eurípides disse para mim. E ele é o editor, ele é o chefe da *Veja*. Mas ele fez a ressalva, “na minha opinião é isso”, porque tem mil explicações a respeito de como é que a imprensa se dirige e tal, não é. Então o poder, quando se dilui para a sociedade, faz com que você, no exercício da mudança, exercitando parte do poder real, principalmente em termos de governo, você tenha mais claro as dificuldades, não é. Mas eu penso, hoje, que linhas de ruptura no que tange a certas políticas que existem no país, elas podem ser efetivadas, sem os traumas que envolvem a clássica revolução violenta. Você pode fazer linhas de ruptura. Eu dou muito exemplo assim, tipo Pro-Uni, que foi essa política de acesso, para estudantes pobres, às universidades, mediante uma política de benefício fiscal para as empresas privadas, de tal maneira que elas fossem obrigadas a aceitar os estudantes de origem pobre. Isso foi uma linha de ruptura. Uma linha de ruptura com a tradição a respeito do acesso à universidade. Então, os governos podem exercitar a política de ruptura. A decisão do presidente da República ao desencadear uma política mais forte em torno do bolsa-família, condicionando os pais da família a colocar os filhos na escola, na escala onde o presidente

colocou, é uma ruptura. Então, hoje, eu acho o seguinte, quando eu avalio um pouco o passado e o presente, como governante: quando você é de um partido pequeno, está na oposição, e no contexto histórico (isso é importante, não é.) que foi 1986 –, portanto, (poucos) anos só depois de vinte e tantos anos de ditadura –, é natural que a exacerbação das ideias seja uma marca. O não natural seria você, simplesmente, se acomodar. Então, a radicalização é o fenômeno da não acomodação. E acho perfeitamente natural. E assim é a vida, está certo? Você vai... você vai vendo os limites.

A. F. – E a própria experiência do parlamento, o exemplo que você deu, procurar o Nelson Carneiro, o parlamento também, mesmo para aprovar alguma coisa, ele exige outro tipo de flexibilidade, de alianças. É um aprendizado também, nesse sentido.

L.G. – Ah! totalmente. Totalmente outro. Você é dependente de um processo mais amplo de acordo, não depende só de tua ideia. O chamado marxismo clássico, revolucionário, bolchevique, ele sempre partiu do princípio de que a ideia dele, o partido bolchevique, poderia galvanizar as massas e fazer a revolução. Ele não tem uma predisposição para acordos, para aliança no terreno do parlamento, até porque ele é antiparlamentar.

M.M. – É claro. É outro caminho.

L.G. – É outro caminho. E de certa maneira, parte da cultura petista, no início, foi originada...

M.M. – Foi marcada um pouco por essa tradição.

L.G. – Por esse conceito, não é. Então é preciso entender muito bem por que alguns comportamentos na época foram firmados, não é, e que hoje você não... Em decorrência de mudanças em outras áreas também.

M.M. – E também internacionais.

L.G. – Internacionais. Não é só uma questão do PT, dos indivíduos do PT, é toda a mudança global que...

M.M. – A própria queda da União Soviética, foi uma coisa que mudou muita coisa.

A. F. – É. O segundo mandato, ele já começa nessa contexto, queda do muro, União Soviética e tal.

L.G. – Já.

A. F. –E já era um mandato sem o caráter do constituinte, quer dizer, um mandato regular, ordinário.

L.G. – É. Uma coisa importante também, falando em ação mas igual em experiência, foi na área de fiscalização do poder executivo. Na época, não teve nenhum deputado que mais acionou o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União para o exercício do controle da máquina pública federal.

M.M. – Foram inúmeras representações.

L.G. – Foi. Eu fui o deputado que mais representação abriu, naquela época; e, na verdade, eu acabei inaugurando um procedimento, que era assim: a imprensa fazia uma denúncia, eu despachava direto para o Tribunal de Contas, para o Ministério Público. E isso acabou virando uma prática minha. Eu tinha um corpo de assessores que só pensava nesse procedimento. Um assessor meu, que era o que mais articulava essas duas esferas, ele passava o dia inteiro lendo o Diário Oficial. Para vocês terem uma ideia. Bom. Primeiro, haja paciência! para um cidadão, ler Diário Oficial. Mas esse meu assessor acabou descobrindo isso como uma fonte de ação política de controle da máquina pública, então ele fazia esse enlace. A ponto de o Tribunal de Contas ter baixado uma resolução proibindo que o Tribunal instaurasse comissões para dar prosseguimento a uma demanda de deputado. Olha só o que o Tribunal fez. Porque era uma avalanche tão grande de representação que a gente mandava que, no começo, eles fizessem comissão para investigar; mas depois eles perceberam que se a moda pegasse...

M.M. – Ia ser uma loucura.

L.G. – Ia ser uma loucura. Então eles criaram um mecanismo interno de impedir que uma simples solicitação de deputado, amparada numa denúncia, pudesse resultar numa ação investigatória. Eles criaram mecanismos internos no Tribunal de Contas. Deu um bafafá. Vários auditores me procuraram, na época, para dizer “olha, estão tentando bloquear a tua ação.” No âmbito da Câmara, nós tínhamos uma comissão de fiscalização. E, na época, ela foi ativada pelo deputado Fernando Gasparian. Fernando Gasparian era uma pessoa que tinha muito interesse em exercitar essa atividade precípua da comissão, que era fiscalizar o poder executivo. E eu fui um dos integrantes da comissão. Nós fizemos tanto trabalho de fiscalização que, anos depois, o Congresso eliminou a comissão de fiscalização, por conta disso, por conta dessa ação que eu e Gasparian vínhamos desenvolvendo nessa comissão de fiscalização. Veja

só, o Congresso acabou com a comissão, fechou. Só foi reaberta anos depois. Inclusive, conversando com Arlindo Chinaglia, que chegou a fazer parte da comissão, eu disse: “Arlindo, brigue para reinstaurar essa comissão, porque ela é importante.” Mas então, essa comissão de fiscalização foi um momento importante na ação parlamentar naquele período, no qual eu tive um papel de bastante contribuição, com o Gasparian, com várias pessoas. Nós detonamos várias coisas: Canhedo, Wagner Canhedo, por exemplo, nós detonamos ele, não é. Várias coisas no poder executivo, que estava submerso, foi trazido à tona por conta dessa comissão. Evidente que hoje as coisas são mais fáceis. Naquela época, não tinha muito essa tradição. Foi-se montando e tal. Eu diria que do ponto de vista da minha experiência prática, além das demandas bancárias, sindicais, o que pautou a minha ação parlamentar foi a ação de fiscalização do poder executivo.

A. F. – E por que a decisão de não concorrer ao terceiro mandato?

L.G. – A decisão, o seguinte... Bom. Isso está vinculado a valores que você tem, não é. Eu, já em 1986, dois anos antes do mandato, eu decidi. E aí chamei o Berzoini e coloquei uma condição para... para safar, começar a fazer a campanha dele com antecipação. Que é uma história à parte, que até merece ser contada. Mas eu já estava meio saturado dessa ação.

M.M. – Por toda essa inflexão que você tem acerca do que era a atividade parlamentar.

L.G. – É. Também. Mas não é que eu desprezo, não. Eu diria até que, hoje, eu valorizo mais do que na época que eu era deputado, viu. Quer dizer, hoje, eu entendo melhor o papel das instituições numa sociedade, digamos assim. Hoje eu compreendo mais. Enfim, acho que é essencial a vitalidade das instituições, um pouco de equilíbrio que devam ter as instituições; mas como um membro do parlamento, àquela época, eu pensava muito era em mim, não é, naquilo que eu estava fazendo, no que podia ajudar. E eu sentia que eu tinha esgotado um pouco o meu papel. A verdade é essa, vai. Já estava meio saturado daquelas minhas ações. Foi quando decidi. Por outro lado, tem uma coisa que não se adequa com a minha personalidade. Eu não sei disputar espaço. Essa coisa não faz parte da minha... do meu modo de ser; isso, dentro do PT como no sindicato, eu nunca fui de ficar postulando espaço e brigando para ocupação de espaço. E a pior coisa, ocupar espaço numa eleição, porque você tem que falar é com milhares de pessoas; pedir voto é uma coisa dolorida. Eu nunca gostei dessa prática. Aí eu decidi que jamais eu ia pedir voto. [ri] Jamais. Jamais. Então eu decidi. Foi uma questão íntima, interior. E uma coisa engraçada. Quando eu decidi largar o mandato, com a antecipação

que foi, quase dois anos antes, os deputados vinham me cumprimentar pela coragem. Olha que coisa engraçada.

A. F. – É surpreendente. Eu perguntei por causa disso.

L.G. – Mas muita gente cumprimentava: “Gushiken, parabéns pela coragem.” No fundo, eu percebi o seguinte, o que é que está por detrás disso? Que a partir do mundo da política... é de total dissimulação, ninguém fala as coisas, não é. Porque... é o seguinte. O político que chega no parlamento é de uma certa idade. O exercício da política é completamente diferente do exercício da área privada. Quando ele sai da política, ele não sabe o que fazer!

M.M. – Da vida, não é.

L.G. – Da vida! Eu já vi tanto, naquela época, tantos deputados dizerem: Gushiken, vou fazer o que depois?

M.M. – Entrar em depressão.

L.G. – Não, tinha deputado que ficava que nem um zumbi lá dentro do Congresso, andando, não sabia sair da esfera do Congresso. Mas pior ainda é quando você tem responsabilidade de cuidar da família. E no PT, você não tem os empresários, pelo menos não tinha empresário, era tudo gente de origem sindical. Então, olha, o que teve de deputados que me elogiaram pela minha atitude... De todos os partidos. “Ô Gushiken, parabéns pela coragem.” E eu fui entendendo um pouco essa personalidade que é o político. Um pouco por causa disso, viu, é o desafio de... Não. É aceitar o desafio do novo, que é a sobrevivência na disputa no mercado. Isso aí é duro. Esse é muito mais difícil, se quer saber. Eu acho. Apesar de ser o que o povo faz, de um modo geral, é mais difícil. Para mim é mais difícil, digamos assim. Eu poderia continuar deputado com uma relativa facilidade.

A. F. – Sua votação aumentou? Como é que ela se manteve?

L.G. – É, foi aumentando. Então eu diria que, para mim, pessoalmente, era mais fácil estar, não é. Porque, na área privada, é muito mais difícil, montar uma empresa, ir para o mercado, ah! isso é de lascar, isso é duro. Isso é coisa difícil. Isso é um desafio, que milhões de pessoas fazem, que, hoje, eu vejo... o que é que a vida é – está certo? – para quem queira entrar no campo da iniciativa privada com autonomia, tentando montar um negócio próprio, vendendo uma ideia nova, com cliente novo. Isso aí é uma loucura, em termos de risco.



M.M. – Lidar com o mercado é outra coisa.

L.G. – Não é? Eu sempre dizia a minha mulher assim: “Olha, eu estou criando uma empresa com cliente novo e produto novo.” Ela diz assim: “Isso é bom?” Falei: “Não. Isso é mau. Porque é risco total. Agora se acertar, você vai, devagarzinho, tendo o seu espaçozinho, falei. Então vou fazer isso.” Ela falou: “Vai fazer o quê?” “Vou vender inteligência.” [ri] Não sabia o que vender, falei, vou vender isso, não é. Então criei uma empresa vinculada a cálculos atuariais, que resolve matemática complexa. Mas enfim. Esse período, portanto, de ação parlamentar foi um período muito rico, momentos importantes na Constituinte, e depois, ação de fiscalização. E o PT começou então a crescer muito.

M.M. – Mas eu queria voltar um pouquinho ainda. É sobre a campanha de Lula em 89. Você teve um papel importante na coordenação da campanha. E acho que esse momento da história do PT, também, é um momento exemplar, chave, porque é um momento que aglutina; e a possibilidade de Lula ser eleito presidente, efetivamente, foi muito forte, foi muito importante.

L.G. – Foi.

M.M. – Eu queria que você falasse um pouco sobre isso. Como é que você avalia isso, como é que foi isso? E depois, a própria derrota também, que foi uma coisa dramática para os militantes e para o partido. Uma tristeza horrível, não é.

L.G. – É verdade. Até minha mulher falou esses dias assim: “Eu vi você triste em alguns momentos da vida. Você ficou muito triste depois da campanha de 89.” Eu não me lembrava desse fato, não.

M.M. – Ah! mas isso foi uma coisa... Eu me lembro do primeiro dia depois, quando foi dado o resultado final, que o Collor foi eleito. Olha, uma coisa tão desoladora. Uma coisa assim... Porque foi uma campanha que envolveu demais as pessoas. Não foi como as outras campanhas, nenhuma campanha do Lula que foi eleito, que foi vitorioso, mas não foi uma campanha que jogou tanto coração, tanta emoção quanto a primeira.

L.G. – E é importante isso na história brasileira, esse processo do PT em 89 e hoje...  
(Toca um telefone)

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

L.G. – Foi o momento onde as massas se movimentaram em torno de uma candidatura que disputava o espaço institucional, e também cargos parlamentares, num processo que eu chamei na época de revolução pacífica, porque eram grandes movimentos de massa em torno da candidatura Lula, mas em torno do quê? Da busca de um caminho institucional. Isso era muito importante na história do PT, ter esse movimento de massa assim, porque isso vai acomodando o PT nas linhas dos marcos institucionais clássicos da democracia e rompendo um pouco com as velhas ideias que algumas correntes do PT ainda tinha. Isso é um dado importante, que pouca gente releva. E nesse período, eu fui eleito presidente do PT. E, na verdade, não foi uma eleição... *(Toca um telefone)*

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

L.G. – Nessa época, o Lula, ele pediu para que houvesse um novo presidente. E foi uma coisa muito engraçada, porque eu defendi o José Dirceu, para que ele fosse presidente do PT, e o Lula me defendia. Então teve uma reunião absolutamente esdrúxula. Uma reunião com... informais, uma reunião informal com as lideranças, eu defendendo o José Dirceu e o Lula me defendendo, então ficou uma coisa totalmente esdrúxula, não é. Bom. Mas o fato é que o Lula usou de uma frase incabível naquela época, e mostra muito bem qual que era a conformação do partido naquele contexto e a própria origem do PT. Ele disse: “Enquanto eu for presidente, será um sindicalista o futuro presidente.” Ele disse assim nessa reunião. Eu era o sindicalista. E o José Dirceu não era sindicalista. Isso marcava um período da história do PT, onde os sindicalistas como uma vertente era, no olhar do Lula, a vertente mais significativa, por causa da representação de massa, um monte de coisas. Então ele disse: Não, vai ter que ser um sindicalista. Esse foi o debate, no fundo, não é. Portanto, eu fui guindado à condição de presidente, não pelos mecanismos clássicos de eleição da base partidária, foi um arranjo, onde o Lula abriu mão e eu entrei como presidente. E exercitei não sei quanto tempo, no período da campanha eleitoral. Mas a campanha eleitoral... Esse é o dado da presidência. Não foi... Eu fui guindado à condição de presidente por mecanismos, digamos, não de eleição direta, como é hoje. Na campanha presidencial de 89, um fenômeno que nós conseguimos desencadear, que foi o movimento de massa, ele teve dois aspectos importantes: um, o Lula, porque sem ele não teria o movimento de massa; mas a engrenagem que se criou em torno da candidatura, particularmente as campanhas televisivas, a chamada Rede Povo, que dá o início a belíssimas campanhas televisivas, (e aí se podia filmar imagem de rua, tudo) foi uma coisa muito poderosa

mas muito poderosa; e aquelas músicas belíssimas, com a participação dos ícones do mundo artístico, criou um ambiente propício para esse fenômeno que foi o movimento de massa em torno da candidatura. Porque o que marca 89 mesmo, não é o fato do Lula ter chegado lá, é o fato de milhões de pessoas terem saído para as ruas.

M.M. – Como se aquilo fosse um movimento que vinha, não é, e desaguou na candidatura do Lula.

L.G. – Exatamente. A campanha das diretas tem uma marca, não é, é uma luta, digamos assim, e objetivos mais institucionais e tudo. A campanha presidencial é em torno de lideranças, não é; e aí o movimento de massa é muito mais complexo, muito mais difícil. E o fato é que nós conseguimos isso. E essa Rede Povo é um marco, um marco na técnica de comunicação. Evidente que a legislação mudou, até por conta disso, eu acho. Foi um marco. Nós, nessa campanha, também tivemos momentos interessantíssimos no confronto com o adversário. Eu organizei uma atividade, que foi uma discussão sobre o estoque de arroz que está apodrecendo numa das...

M.M. – Eu me lembro.

L.G. – Porque o candidato do Collor... quer dizer, um dos cabeças do Collor era o secretário da Agricultura, que era o responsável pela estocagem de arroz, e eles acusaram... o que é que eles fizeram? Eles fizeram uma acusação contra o PT. E, dessa acusação, nós conseguimos transformar na armadilha deles. E foi uma operação muito interessante porque... envolveu uma logística muito complexa. Nós sabíamos onde tinha o arroz depositado, que estava apodrecendo, e eu tinha que levar o Lula lá. Mas como quebrar essa barreira? E como fazer sem que a mídia soubesse? Então foi feita uma logística, e eu operei no meu gabinete, para levar. E chegando lá, tinha um homem armado, não é. Tinha um homem armado. Inclusive, na televisão, ele filmou um revólver embaixo da camisa. Então, foi todo um jogo muito interessante, aquilo foi um impacto muito forte, o Lula sobe em cima do arroz podre e... com a denúncia, não é. E essa logística foi uma logística quase militar. Tinha que pegar o presidente, descer de avião em tal lugar, lá, tinha que ter carro esperando a gente... E essa logística foi o meu gabinete que montou.

A. F. –E fazer uma campanha para a presidência com os recursos que o PT tinha na época, realmente, era um exercício de...

L.G. – É. Mas você podia fazer, porque o Lula... Nós viajamos muito o Brasil naquela época, correndo rápido o Brasil. E deu para fazer isso.

A. F. –Mas em avião de carreira, com todas aquelas dificuldades, não é.

L.G. – Avião de carreira... É. Mas... Não. (Até em avião que... e algum empresário emprestava, não sei como ) Mas fizemos. Agora o importante era o movimento de massa. Quando o Lula chegava, as manifestações, a efusividade da massa era diferente. Era uma coisa impressionante. Eu vi cenas que me marcaram profundamente. E, no final, ( ) na carreta, em cima da caminhonete, andando na rua, quando ele chegava, eram milhares de pessoas na rua assim, não é. Uma senhora pegou a criança, jogou no colo de Lula, literalmente jogou a filha, bebê, o Lula agarrou, não é. [rindo] Quer dizer, eram coisas assim, impressionante. Eu via aquilo, falava meu Deus do céu! Esse fenômeno eu nunca vi na minha vida. [ri] Já vi coisa forte do Lula, em greve e tudo; mas na campanha eleitoral, foi uma coisa mais vibrante, porque era uma coisa mais alegre, uma coisa menos tensa, não é. Teve um momento de tensão, quando eu disse para o Lula... Eu fui acordar ele, em São Bernardo, às sete e meia da manhã. Ele falou: “O que é que foi, que você está vindo aqui?” Eu disse: “Olha, nós vamos ganhar as eleições. Nós vamos ganhar. E tem um nó não desatado.” Falou: “Qual?” “É o nó militar. Nesse nó militar, quem está conversando com os militares, meu Deus do céu!? Nós vamos ganhar essa eleição, não pode... [ri] E tinha um conflito no Nordeste, num quartel general, contra a candidatura Lula, alguma coisa assim, não é. E naquele momento, eu até aproveitei, falei: “Lula, nós temos que buscar contato com essas áreas, para esse setor do Estado não venha desestabilizar.” Porque os preconceitos eram muito fortes na época. E isso me chamou a atenção, eu nunca me esqueço disso, porque eu me dei conta de repente, falei: nós vamos ganhar, e essa equação não está resolvida, que era articular com os militares. Mas enfim... Bom. Não sei o que eu posso falar mais dessa campanha. Tanta coisa aconteceu lá. [ri] Pode falar sem parar dessa coisa.

M.M. – É. Muita coisa.

A. F. – Claro. E o exercício da presidência do PT? Porque era o momento de debate interno, também era um momento de muita mudança, houve toda esse impacto das mudanças da esquerda no âmbito internacional também. Como é que foi ser presidente do PT nesse período assim?

L.G. – O PT ainda era um partido que não tinha organização burocrática forte. Burocrática no bom sentido. Mau e bom sentido, vai. Portanto as coisas eram mais soltas.

M.M. – Essa campanha era muito.....

[FINAL DA FITA 2-A]

L.G. – (.....) máquina burocrática forte. A espontaneidade era muito presente nas atividades partidárias. Daí a razão pela qual a militância joga um papel decisivo, porque é uma espécie de um adesório, um caos, é aquele movimento que rompe qualquer estrutura burocrática, não é. E eu costumo dizer que toda campanha forte, indicadora de sucesso, tem que conter esse grau de espontaneidade, que rompe bloqueios administrativos, rompe essas normas que você faz de planejamento e tudo. E o sucesso da campanha se mede muito por isso. O que não quer dizer que não tenha que ter planejamento. Tinha planejamento, tinha todo um procedimento, uma logística, tinha um corpo que pensava isso, sim, lógico. Mas era muito na base da espontaneidade, sim, sabe, tinha muito de espontâneo nisso. Agora era uma vitalidade infinitamente superior aos processos subsequentes, por causa dessa militância mesmo, viu; e o clima, o ambiente que surgiu na época, não é.

M.M. – É. Se você compara, por exemplo, a eleição de 89 e a eleição última, que o Lula... Quer dizer, do ponto de vista até do sucesso do partido, a segunda é muito superior porque deu a vitória, e a outra foi a derrota. Mas do ponto de vista do clima que envolveu as pessoas como as coisas se passaram, eu acho que teve um significado, na vida do partido, inacreditável. Não sei se você concorda com isso.

L.G. – Olha... Eu concordo; mas eu analiso sempre assim, vendo o lado positivo da derrota. O lado positivo da derrota... como disse você, é um movimento de massa com uma certa visão idílica das coisas, mas... mas é aquele sonho que todo... em todo momento, a sociedade é despertada e se coloca em movimento. O Lula conseguiu fazer isso. Que é importante, eu acho. Ele consegue carrear o movimento de massa na luta por uma disputa institucional, não é, com normas legais e tudo; porque, fora disso, é o caos. Entendido caos, não de maneira negativa, mas de uma maneira que... Você pode ter, no meio do caos, um grau de desordem, que pode descambar para o... derrotas físicas, por exemplo, por morte em escala muito grande, e com trauma, trauma na consciência de um povo, pesado. Isso não teve. Nesse

sentido que eu estou falando que foi um pouco romântico, não é. Não teve esses movimentos desordenados. Foi uma coisa canalizada. Nesse sentido, acho positivo, não acho negativo, não. Acho positivo. Ele educa um pouco o processo.

A. F. – A chegada ao segundo turno já foi... Faoro mesmo, no início do ano ainda, tinha dito, se o Lula chegar ao segundo turno já é um fato histórico por si só. Muito antes da maioria das pessoas achar que isso era viável. Quer dizer, transformou o Lula e o PT numa alternativa, ao menos a médio prazo.

L.G. – Veja. O PT, nessa época, o PT é ainda um partido pequeno, não é. Não é um partido grande como é hoje, com o número de deputados que nós temos, portanto era... Do ponto de vista da liderança, ele tinha uma coesão maior, essa é a verdade, era mais coeso, era mais fácil de articular, pelo menos, as relações entre as lideranças. Hoje, o processo é muito mais complexo, muito mais amplo, um universo de pensamentos distintos...

M.M. – É mais fragmentado.

L.G. – É mais fragmentado. A individualidade pesa *muito* fortemente. Portanto é um partido que... ele tem que saber tomar as suas devidas cautelas, para que não haja certos desvios. Porque uma organização que institui demais o individualismo, essas coisas se tornam perigosas no decorrer do tempo. Então, em 89, tinha esses processos todos, uma dinâmica coletiva muito mais ampla, muito mais forte, mais arraigada. Nesse quadro, eu diria que o papel de presidente, não teve um papel de destaque assim, não. Porque eu estava metido numa campanha eleitoral onde...

M.M. – A questão principal era a campanha, não é. Não devia ter muito outras questões na pauta, não é.

L.G. – É. Não, não tinha. Essa era a questão. E os membros da coordenação, são os membros que hoje também estão aí na.... Era José Dirceu, Mercadante... Sempre o mesmo grupo, que pensava as grandes estratégias. É... Mas o fato é que eu não me lembro muito, sabe. Eu estou tentando fazer um esforço, Marieta, para pensar. Que eu falei com você, eu tive problema de apneia, sabe, eu esqueço das coisas. [ri] Eu estou tentando fazer um esforço, não estou conseguindo...

M.M. – Não. Mas é muito coisa mesmo. É muita coisa mesmo.

A. F. – Você já falou coisas importantes, eu acho.

M.M. – É. Eu acho que é importante. Agora como é que foi o sentimento da perda? Na executiva do partido, como é que foi o sentimento da derrota? Depois daquela expectativa toda, todo mundo achou – vai ganhar, e de conseguir mobilizar uma massa imensa de pessoas, não é. Você estava dizendo, eu também concordei, foi um dia de tristeza imensa. Mas, do ponto de vista da avaliação política do partido, naquela época.

L.G. – Veja só. A cúpula partidária, ela incorpora com muito mais força o sentimento dessa ampla massa que ficou frustrada; agora, isso impacta na liderança com muito mais força, porque ela é a liderança do processo, não é. Então, foi uma ducha de água fria assim. Avaliações mil, não é. Aí o PT só fazia avaliação do processo. [ri] Só avaliação, avaliação do que tinha acontecido. Mas... por outro lado, não foi uma derrota acachapante, não. Pelo contrário.

M.M. – Não. Mas o problema é o momento, não é. Hoje, quinze anos depois, você olha e diz assim: não, foi uma derrota, mas aquilo ali foi uma coisa super importante, é um evento histórico da vida do partido, fundamental, enfim. Inclusive, acho que preparou caminho para revisões e para reestruturações e desenho de outras estratégias do partido. Mas no calor dos acontecimentos, acho que não se tem essa dimensão temporal das coisas, não é.

L.G. – É. É verdade. Mas... Eu diria que é um momento de muita força partidária, ainda que a derrota tenha existido, porque provou a potência, a força do partido, não é. Nesse sentido, ele é um marco na história do partido, sim.

M.M. – Sem dúvida.

L.G. – Ele é um marco para o avanço, para o progresso. Não. Mas acho que o partido recupera essa... o reconhecimento da força estratégica que foi essa campanha para o progresso partidário. Não acho que foi uma coisa assim de... perdemos, aí caiu o mundo. Não. Pelo contrário. As pessoas sabiam que isso tinha uma... tinha uma escala.

M.M. – Um desdobramento.

L.G. – Um desdobramento. Que não é linear. Porque nós tivemos mais derrotas sucessivas, na sequência. Só na quarta é que nós ganhamos. Portanto, não há uma linearidade na história como alguns imaginam. Mas você sabe que tem um progresso aí, contido naquela

derrota. Então a frustração é momentânea, eu diria, porque depois... Ela é assim, uma frustração da emoção que foi criada, mas, raciocínio frio, você sabe que tem um progresso, que foi um marco. Isso todo mundo sabia; portanto, essa eleição é vista como um momento de *upgrade* do partido, não é. Eu acho que isso ficou marcado, sim.

A. F. – Você começou a falar um pouco, antes, da tua experiência pós parlamentar, dessa coisa de...

M.M. – De pequeno empresário. Empresa privada.

A. F. – De consultoria, muito trabalho. E durante esse período, não tem mais nenhum cargo político, mas continua sendo uma pessoa que tem toda uma história, uma vida política. Quer dizer, do ponto de vista de cargos, pode ser considerado um hiato, digamos assim, mas do ponto de vista da pessoa é um novo momento, dentro de uma trajetória que continua.

M.M. – Você continuou militando nas hostes?

L.G. – Não, não. Eu não faço parte da direção partidária há muito tempo. Por decisão pessoal.

M.M. – Você não tinha nenhum cargo mais.

L.G. – Nenhum cargo mais. Eu acho que... Olha... Vou até pedir para o meu pessoal levantar, quando é que eu saí dos cargos do partido. Eu saí...

M.M. – Depois, se você tivesse um historicozinho...

L.G. – Eu quero. Porque muita gente pergunta para mim.

M.M. – É. Quando é que você foi eleito...

L.G. – As pessoas acham que eu tenho vinculação orgânica com o partido há muito tempo. Eu não tenho. Tenho, orgânica, mas não no sentido administrativo burocrático.

M.M. – De ocupação de cargos.

L.G. – De cargos.

M.M. – Mesmo aquele período sindical, se você conseguir levantar. Quando foi eleito presidente do sindicato, secretário... Essas coisas. Para ajudar a organizar a entrevista, é *legal*.



L.G. – Ah! ‘tá. Eu consigo, sim. Eu levanto isso para vocês. Até eu tenho interesse em saber quando é que eu saí do partido. Muita gente não sabe. Foi há tanto tempo. E eu saí do partido numa condição muito interessante. Todas as disputas são ferrenhas no partido, não é. E eu fazia parte da ala majoritária. Aliás, eu fui um dos que ajudou a criar o conceito de tendência no partido. Fui eu e o Bruce que redigimos a resolução. Conversei até com Lula. Vamos apostar nisso, vamos apostar nisso. Falei: “Olha, se você apostar nisso, eu joga tudo, eu joga meu esforço pessoal nisso, nesse projeto.”

A. F. – Para regulamentar.

L.G. – Regulamentar tendência.

M.M. – Por que você achava que era importante criar essa discussão sobre a questão das tendências? Fala assim, como se nós não soubéssemos de nada disso, você estivesse explicando para uma pessoa.

L.G. – Naquele contexto, acho que era importante. Hoje acho que devia ser dissolvido. Mas naquele contexto... Existiam já as tendências. O problema era esse.

M.M. – Na prática.

L.G. – Na prática, existia. Então se tratava de dar um caráter mais formal para um processo que já vinha acontecendo no PT, e que daria à ala hegemônica uma identidade mais clara. A chamada 113 nasce disso aí, não é. E também porque tinha um conceito democrático...

M.M. – O que era essa 113?

L.G. – Era uma articulação de... Agora... como é que surgiu isso mesmo? Precisaria analisar na história o que é que é. Foi um momento importante da vida partidária. Eu não saberia exatamente como é que saiu a 113, por quê. Ela foi importante, como origem. Era chamada Articulação do 113. Na verdade, também tinha um fundamento democrático na maneira como a expunha a questão das tendências. Porque a gente dizia que o partido deveria ser regido pela unidade em ação, onde todos os grupos deveriam postular ideias apropriadas de cada grupo, mas no debate democrático sairia uma mediação. A velha ideia do centralismo democrático mas aplicado ao PT. Então, a conformação de tendências daria mais visibilidade, mais clareza a respeito das ideias, por onde se botaria e tal. Mas no fundo – e isso está ligado um pouco a minha decisão de ter largado o partido. No fundo, no fundo, é o seguinte. Há uma

grande ilusão acerca da chamada democracia como um espaço no qual ideias espontâneas são apresentadas e discutidas. Não existe isso. Não existe. O que existe são agrupamentos, que se formam, não pelas ideias, mas pela ocupação do espaço de poder. Então, com o tempo, aquilo foi se tornando para mim enfadonho. Porque você vai num debate onde tudo está carta marcada, ninguém muda de posição, quer dizer, o debate das ideias não existe, isso é uma farsa, não é. Isso é um procedimento que eu, hoje, já com a idade mais avançada, eu aceito como... não é como natural, mas aceito como uma contingência de uma situação institucional, partidária e da democracia, no estágio que chegou um país, onde você tem essas estruturas grupais, onde o poder é mais importante do que as ideias. A verdade é essa. Só em grandes crises que você pode romper isso tudo. E hoje, o PT vive uma crise que é possível de romper as partes tradicionais. Se vão ser aproveitadas as oportunidades, não sei. Mas aquilo tornou para mim uma coisa muito enfadonha, muito chata. Você vai para disputar poder? Não. Então fica dissimulando o objetivo por um discurso? Era bobagem, entendeu. Essa é a principal razão que me fez afastar, viu, um pouco de não... Mas teve um momento também importante, quando eu abri mão do espaço, e até isso é importante para registro. Que o Perseu Abramo, na disputa do diretório, ele estava fora. Estava fora, aí eu fiz um discurso muito contundente na ala da Articulação.

A. F. – Por conta do racha da Articulação?

L.G. – Não. Porque cabe um pouco a gente, numa direção. Todo mundo sabe, na hora da partilha, alguns têm que sair. Mas quando eu vi que o Perseu ia sair, eu fiquei tão irritado...

M.M. – Mas vamos falar isso direitinho. Vocês estão falando um pouco cifrado. Vamos pensar na pessoa que vai escutar esse depoimento.

L.G. – É o momento do diretório nacional que está sendo montado uma nova direção.

M.M. – Em que ano é isso?

L.G. – Ah! isso eu não sei dizer. É uma das fases onde eu já estou saindo do PT, onde é o marco meu de sair do PT, já não fazia mais parte da estrutura oficial. No debate da Articulação a respeito dos nomes da Articulação para compor o diretório, eu percebi, ao final de tudo, que o Perseu estava fora, o Perseu Abramo. Eu tinha trabalho com Perseu, era o meu secretário. Aí eu fiz um discurso muito contundente na reunião da Articulação, dizendo que era um grande erro que a Articulação estava cometendo, ao excluir um quadro como Perseu. Ele carregava

uma história e uma experiência que era importante para o partido. E que eu não podia admitir que ele ficasse excluído. E mais ainda, disse assim: Perseu, hoje, traz toda sua experiência, e a própria idade, ele vive para o partido. Vocês excluir o Perseu Abramo significa cortar uma relação de existência dele. Perde o Perseu, porque ele não... enfim, ele vive para o PT, e perde o partido, porque não tem uma pessoa com o *background* que o Perseu tinha. Eu disse...

M.M. – Perseu tinha quantos anos mais ou menos?

L.G. – Já tinha uma certa idade. Aí eu disse: eu abro mão do meu espaço, caso algum outro não abra. Como ninguém abriu, eu falei: eu abro mão, deixo o Perseu entrar. Esse foi um dos últimos momentos meu na participação no PT, na estrutura oficial do partido. A data, eu não sei. Isso é 94. É por aí então que eu saí.

A. F. –93. Acho que foi por aí. Porque logo em seguida deu o racha da própria Articulação, até a saída do pessoal da articulação de esquerda.

L.G. – É. Por aí que eu saí, que eu deixo... É nesse momento que eu estou me afastando um pouco da estrutura partidária. Então faz tempo já; você vê, não é, há quanto tempo eu saí. Apesar de eu ter saído oficialmente das estruturas oficiais do partido, eu sempre tive uma vinculação muito forte com o partido. Pela experiência partidária, sindical, pelas campanhas eleitorais, onde eu fui chamado só em...

M.M. – Sempre, nas campanhas, você se engajava.

L.G. – É. O Lula sempre me chamou nessas campanhas, não é. Então a minha relação sempre foi forte assim. Tanto que muita gente acha que eu faço parte da direção partidária, até hoje, e eu já saí há mais de dez anos, muito mais de dez anos, e alguns acham que eu sou parte do diretório. Não sou. Então é em função disso, talvez, dessa relação no sindicato, da experiência como presidente e a minha participação em alguns momentos da vida partidária levem as pessoas acharem que eu faço parte da estrutura do partido. Mas não, há muito tempo que eu não faço, não.

A. F. –E o fato de não estar mais disputando cargo no partido também ajuda a dar um certo distanciamento, não é.

L.G. – Ah! sim. Eu diria o seguinte. A regra geral para você participar das estruturas de poder de partido do Estado é quando você é também participante da disputa dos espaços de

poder. Se você não está participando, você está fora. E sempre tem mais participantes que disputam os cargos de poder do que os cargos oferecidos no...

M.M. – Disponíveis.

L.G. – Disponíveis. Então, quem não disputa está automaticamente fora. Eu diria que eu sou, talvez, uma das poucas exceções nisso, dentro do PT mesmo. Pode existir isso em prefeitura, em estado, mas a gente é exceção daqueles que não pleiteiam o espaço público e nem briga. Talvez alguns achem que... talvez seja esse um dos aspectos que faz com que, em alguns momentos, eu aproveite a oportunidade e entro. O pessoal: “É, Gushiken, mas é por causa desse perfil que você tem, que facilita, não é.” Porque a exceção cabe sempre, a exceção faz parte da natureza das coisas, não é. [ri] Mas... Portanto, não é regra geral. E foi assim nas campanhas todas. Campanha, Lula me chamava para fazer parte das campanhas. E sempre traumatizando minha vida pessoal, porque eu tinha que reformular toda minha vida, não é.

M.M. – Largar as coisas que...

L.G. – Em 98, foi assim. Eu larguei o mandato de deputado federal, fui para a minha cidade, montei uma empresa, e quando estou começando a crescer, ele me chama para a campanha eleitoral. E mesmo agora, ao ganhar a eleição... e ao participar da eleição, eu estava numa situação de debilidade, em termos de saúde, muito grande. Falei: “Lula, não posso ir, não. Não tenho a mínima condição.” “Não, como é que é?” Falei: “Olha, eu posso ir desde que fique dois dias na campanha, para dar umas pitacas e volto. Eu tenho uma empresa para cuidar, não é.” Falou: “Então faz o seguinte. Você vem aqui, tem um hotel aí, com a sala do comitê, eu boto uma enfermeira para ficar junto com você.” Mais por... apreço...

M.M. – Apoio moral.

L.G. – Apoio moral, eu fui. É. Mas é aquele negócio, você vai, não é... Nunca mais voltei. [ri]

A. F. – Claro. Você se envolve, não é.

L.G. – Continuei. Você vai direto, não é. [ri] Então a marca minha na participação da estrutura de poder, hoje, na máquina do governo ou, eventualmente, em alguns processos, não está vinculado a participação nos diretórios. Isso que quero dizer. Essa é uma característica da minha participação. Mas não digo que tem que fazer assim, não, porque senão as pessoas não

vão conseguir espaço. Mas eu prezo muito esse comportamento, a verdade é isso. Para mim, isso é questão definitiva. Eu larguei o mandato e... Ou seja, eu vou se a pessoa pedir para ir, se não, não vou, não. Não tenho a mínima... Estou mais para servir, no sentido da palavra mesmo. E você tem razão, permite um olhar diferente. Eu consigo olhar o PT hoje de maneira um pouco diferente. Porque eu não estou no furacão da disputa, entendeu; e há muito tempo já. Isso me facilita, eu compreender os fenômenos que existem. E não gosto de ver ar da dissimulação constantemente, a verdade é essa. E isso é uma marca da disputa do poder, não é. Eu não sei incorporar o papel vinte e quatro horas por dia, também tem isso, não é, que o político precisa. Inclusive tem uma coisa, que eu mais detesto, é a fase de César: a mulher de César não basta ser honesta, tem que parecer honesta. E quando isso é reportado à antiguidade e é utilizado até hoje, você percebe como, na política, não mudou muita coisa não, sabe. Não mudou, não é. Eu tenho um caderno, estou soltando agora, de defesa... Até vou passar para vocês, por e-mail. Porque eu estou soltando por e-mail a minha defesa a respeito das acusações da CPI, e eu cito essa frase do César e cito uma frase dos mineiros que fala que o importante não são os fatos, são as versões do fato. [ri] Então você imagina como é o mundo da política, não é. [ri] Tem gente que gosta de conviver com isso. Eu não gosto de conviver com isso.

M.M. – É. É muito estressante, não é.

L.G. – É estressante e... é, ele é... acho que ele machuca as pessoas.

M.M. – Certamente.

L.G. – Porque o político, ele é machucado. Não pense que ele não é. Isso... A não ser que você assuma isso como um princípio... uma virtude, está certo? Se alguém achar que isso é uma virtude, tudo bem, não é. [ri] Mas vamos lá. O que mais, gente?

A. F. –Acho que talvez seja a última coisa. Uma particularidade também na sua trajetória, além dessa coisa, realmente incomum, de ter optado por sair da vida parlamentar, tomar outro rumo e tal...

M.M. – E sair das estruturas partidárias.

A. F. –Além de sair da estrutura partidária, a primeira experiência como executivo já foi no plano federal, que é de uma dimensão imensa e que é muito diferente das outras experiências políticas, da sindical, da partidária ou da parlamentar. Qual seria o balanço dessa experiência do executivo?

L.G. – Mas não é, não. Vou falar para você, não é, não. Eu diria o seguinte. Ocorreu comigo uma coisa que é muito comum no PT, viu, que é essa coisa de saltos rápidos. Porque, em princípio, se observar a história do PT, você vai perceber que muita gente deu saltos desse tipo, viu. Um que eu cito sempre, Olívio Dutra, por exemplo. Foi contemporâneo na área sindical comigo. Ele chegou a ser governador de estado. Muito mais do que a minha experiência. E foi ministro de Estado. E vai disputar governo. E vai continuar disputando sempre, na vida dele, porque ele é um político mesmo. Portanto, não é um acidente de percurso esses *upgrades* que a gente conseguiu, não. Faz parte da história do PT isso, viu. Isso é uma coisa... é um dado do partido isso.

M.M. – Mas é compreensível. Até porque é um partido relativamente novo, novo no sentido de que as pessoas que entraram no PT não estavam entranhadas nessa estrutura de poder anterior, então, de repente... as pessoas queimam etapas, não é.

A. F. – Não. O que eu digo da diferença, que é importante, é porque o Executivo tem pressões muito maiores, tem um ritmo diferente, mas tem o lado da realização também. É o momento em que você pode, conseguindo ou não conseguindo, ter um projeto. Que é diferente, não é?

L.G. – Ah! sim. Não. Por exemplo, eu ter largado a vida partidária, largado a vida parlamentar e depois retomar, eu tenho um fundamento para isso; que foi exatamente a oportunidade de você conseguir conquistar aquilo que...

M.M. – Que você acreditava.

L.G. – Não. Que eu acredito, não é. Eu acredito firmemente. O que eu considero, hoje, diferente da fase anterior minha, pré, inclusive, PT, que é uma fase mais romântica, é que, naquela fase romântica, eu estava vendo o processo de ruptura e a revolução como algo provável e capaz de, realmente, fazer as mudanças profundas que envolvem uma revolução de natureza... é... revolucionária. Essa mudança existiu, [ri] quer dizer, nesse trajeto, não é. Quer dizer, essa fase romântica não existe mais em mim. Isso não significa descrença, não, viu, com o processo revolucionário...

M.M. – É uma forma diferente.

L.G. – É mais de entender, primeiro, as próprias limitações do mundo objetivo. Importante aí não ter juízo de valor. E segundo, o próprio caminho que você escolhe, de uma

revolução violenta ou não, ou no caminho da democracia, tal como nós estamos vivendo hoje. Esse, para mim, é um marco. Porque eu sou formado na escola da revolução violenta, então, toda vez que eu falo essas coisas, sempre tem uma... às vezes, eu posso até dar uma idéia de uma... o pessoal fala que eu sou meio conservador, é porque, no fundo, psicologicamente, eu estou sempre fazendo referência à maneira como pensava antes, em uma revolução prestes a acontecer; o que é próprio de uma juventude que não tem clareza dos limites objetivos que a realidade impõe. Isso não são sonhos desfeitos, não. Na verdade, essa é uma maneira de ver como é que o processo de mudança se dá. Mas na minha... Bom. Mas a tua pergunta remetia, na verdade, para...

A. F. – O aprendizado do executivo em relação a isso, porque, no executivo, tem outro ritmo, outras relações.

L.G. – Ah! sim. Não, mas aí no caso, veja só... É que a gente não pode falar muito do que a gente faz como uma grande coisa, mas... enfim, mas a gente é obrigado a falar, está certo? Puxar a sardinha um pouco para...

M.M. – Claro. Fique à vontade.

L.G. – Hoje, por exemplo, um dado de muita relevância, que eu montei na minha atividade como executivo e que não dá para... no conjunto do governo, se apresentar como uma coisa forte, mas, no meu âmbito particular, foi uma mudança. Era muito simples. Eu entrei na SECOM e vi como era o procedimento das estatais e do próprio governo, com relação à publicidade. Aí tinha uma lei que falava o seguinte: a SECOM, ela coordena, supervisiona as campanhas de publicidade das estatais e do governo federal. Eu li aquilo, falei, bom, na verdade, ninguém coordena ninguém e ninguém supervisiona. Não tinha força a SECOM, nunca teve força. Eu consegui fazer, por uma força simbólica, fazer o que eu fiz. O que eu fiz? Eu disse, bom, eu vou exercitar esse poder que a lei me confere. Então eu chamei a Petrobras, Banco do Brasil, disse assim: olha, a partir de hoje, nós vamos mudar o sistema de negociar veículo de comunicação. Vai discutir preço. Porque é um absurdo o que existe no mundo da publicidade. O preço da publicidade para governos, tem uma tabela, você tem desconto de setenta por cento. Num país onde acabou a inflação há muito tempo, a mídia oferecer desconto de setenta por cento mostra que algo está errado.

M.M. – O preço está lá em cima.

L.G. – Não, algo está errado. Está errado.

A. F. –Claro. Um superfaturamento institucionalizado.

L.G. – Está errado, não é. Eu disse: olha, como é que vocês negociam os preços? A Petrobras. Escolhe uma das agências, (são três) e vai lançar, digamos, uma Lubrax, campanha da Lubrax, por uma semana. Naquela semana, a agência de publicidade, uma das três, negocia com os veículos de comunicação o preço a ser pago. Eu disse: mas isso aí é um absurdo. Eu sou governo federal, vocês são parte do governo federal, então vamos criar um comitê único de negociação. Comitê único. Bom. A partir disso... imagina, as agências de publicidade ficaram, todas elas... Perderam poder, não é. Disse: não, vai ser comitê único. E criei uma consultoria só para preparar, de forma a preparar esse comitê. A partir de uma preparação técnica, num comitê único, eu chamava: Rede Globo, tal dia, *Folha de São Paulo*, tal dia, *Estadão*, tal dia. Falava o seguinte: você quer publicidade do governo federal, que corresponde a todas as estatais do governo? Me dê o preço. Bom. Caiu abruptamente, não é, porque eles perceberam o seguinte: se realmente não desse o preço, eu ia para um outro que ia dar o preço. Então nós instituímos um processo de concorrência, normal na venda de um produto, onde eu consegui criar esse mecanismo de redução do custo, a partir de um confronto negocial. Mas para fazer isso com a mídia... ah! gente, isso é coisa...

M.M. – É barra pesada.

L.G. – É barra pesada. Foi porque eu tive, no início do governo, uma autoridade concedida pelo presidente... Porque poder é influência, não é. A partir disso, eu consegui fazer. E quebrar os bloqueios. Tanto que, quando eu saí da SECOM, eu fiquei sabendo, duas agências de publicidade da Petrobras festejaram. Opa! Vai acabar com essa coisa que Gushiken montou, de comitê único e negocia. Evidente que eu produzi, para as empresas, para os veículos, também algo positivo. Disse: olha, ao invés de negociar topicamente cada campanha por uma semana, cinco dias, eu vou dar para você o compromisso de gastar por seis meses; então vocês podem botar no fluxo de caixa de vocês, que tantos milhões de reais eu dou para vocês. Mas me dê o preço. Não dá o preço, eu vou deslocar para outro veículo. Os diretores comerciais dessas empresas ficaram horrorizados com esse novo procedimento porque acabou a mamata; mas eles falavam o seguinte... falaram vários diretores comerciais, comentaram com os técnicos da SECOM, “Gushiken está fazendo uma coisa que para nós, diretores comerciais, é ruim; mas, como cidadão, a gente tem que aplaudir, porque estava precisando disso no governo.”



E esse mecanismo eu consegui espalhar para outras secretarias de publicidade e de outros governos, para que eles exercitassem essa função de redução de custos. Mas negociar com essa estrutura de organização empresarial é muito difícil. Foi preciso força, não é. Essa experiência administrativa, ela revela para mim uma coisa muito marcante no governo federal: o poder é influência. O conceito de poder mais fácil que eu entendi, hoje, é influência. Tem que ter...

M.M. – Gostei dessa definição.

L.G. – É influência. Poder, está falando em influência. Eu posso não deter... Eu não tenho um ministério com... As pessoas ficam falando, Gushiken manda um bilhão. Mentira. Nunca mandei um bilhão, como a imprensa divulgou. É porque eu pedi para as estatais juntarem no comitê, negociar. Aí passou-se a idéia de um superpoder. Mas é o que se exigia na lei. Mas eu não tenho poder de definir o que cada um faz em cada âmbito, não é. Porque o meu poder efetivo eram os cento e cinquenta milhões da SECOM. Aquilo sim, eu gerenciava. Então, comparativamente a outros ministérios, eu tinha pouca força, não tinha nada. Alguns ministérios lidam com bilhões. Agora por que eu consegui manter, criar alguns dispositivos? Por causa do efeito simbólico do poder. Agora, também, quando você sai, você perde o poder, perde a influência. É o que eu vivo hoje, por exemplo. Hoje, as pessoas sabem que eu perdi aquele.....

[FINAL DA FITA 2]

L.G. – (.....) e de posicionamento perante a vida, como político, como indivíduo. Eu diria o seguinte. Eu acho que o ímpeto juvenil, que marcou a minha vida quando eu fazia parte das organizações clandestinas, desenvolveu para a consolidação de um valor, eu considero que ele é fundamental, que é a postura da moderação. Hoje, eu tenho isso como um dos principais atributos no comportamento dos indivíduos; e faço disso uma... digamos assim, uma marca nos meus diálogos com meus filhos, com meus amigos, com quem eu possa influenciar, com quem eu possa passar alguma coisa que eu considero importante na minha vida. Eu acho que a moderação, como indivíduo, ele é fundamental. Se tem uma coisa que é muito fácil, muito

fácil de ser realizado na vida é você exercitar uma posição radical do ponto de vista do discurso. E as pessoas quando são radicais demais, e a postura ética não é exatamente uma postura que baliza, é muito fácil de se transformar numa fonte de veneno. Hoje, eu vejo isso como uma coisa fundamental. Já há bom tempo que eu sempre achava assim. Mas agora, vivendo esse trauma que foi esse debate todo, hoje eu vejo como as coisas são mais importantes. Evidente que... Meu filho, por exemplo, às vezes, ele discute comigo, fala: “Pai, mas você é uma pessoa conservadora.” Falo: “Não. Então, você vai chegar aonde eu cheguei, com tanta experiência que eu tive, para você saber quanto a moderação é importante.” E é a posição mais difícil. A posição mais difícil é a posição moderada; é a mais complicada, é a mais exigente no exercício das habilidades para lidar com pessoas, porque o moderado é obrigado a ouvir. O radical não escuta, não escuta, não ouve. O moderado tem que ouvir e saber criar a síntese. Isso é difícil, isso é muito difícil, isso é exercício complexo, que exige abnegação daquilo que é próprio de você, para entender os outros. Eu vejo isso como um comportamento importante. E aplico, inclusive... Não posso aplicar assim, como regra, para instituições, mas eu diria que uma sociedade, ela vai ser mais sadia quando conseguir, num certo nível de justiça, aplicar esse conceito de moderação; porque é muito fácil os indivíduos descambarem. Eu vejo hoje, com muita facilidade, num mundo muito turbulento, instigar as massas, transformar em hordas selvagens. Olha, a visão idílica que a gente tinha de massa, e que ela podia fazer tudo e tudo o que ela faz é correto, é um perigo. Isso é um grande perigo. Isso pode introduzir um processo manipulatório nas pessoas, sem que as pessoas assumam para si a responsabilidade de assumir a condição de manipulador, num caminho desejável; porque tudo o que a massa faz é bom, entendeu, a massa tem uma capacidade de discernimento... Esse raciocínio está embutido nessa visão idílica de idolatria das massas. Eu acho isso um enorme perigo. Quem exercita...

M.M. – Por elas mesmas, não é.

L.G. – Por elas mesmas, é. Por quem exercita a prática da política. A prática da política, tem que tomar muito cuidado na relação com a massa. E os movimentos que existem no mundo inteiro, você vê que tem vários perfis o movimento de massa. Muito cuidado com isso, não é. E lideranças do PT, como são lideranças que têm na sua cultura esse esforço de se vincular à massa para transformar em movimento, têm que ter muito claro essas coisas. Essa visão idílica de qualquer coisa da massa tem uma verdade contida é perigosa, é muito perigosa. E cria nas

pessoas manipuladores inconscientes do papel de manipulador mesmo. Então isso, eu costumo dizer que é uma marca importante para mim, sabe, de entender.

M.M. – A gente pode fazer uma pergunta de caráter pessoal? Se não quiser, não responda.

L.G. – Faça isso.

M.M. – A imprensa fala que você tem uma vinculação, uma ligação com a filosofia budista. Essa sua postura, quer dizer, esse aprendizado, que é um aprendizado também de paciência, eu acho, a moderação, ouvir os outros, você acha que isso tem a ver?

L.G. – Bom, deve ter, certamente.

M.M. – É fato essa vinculação?

L.G. – Deve ter, deve ter muito, porque... Olha, eu não sou uma pessoa... Se você conversar com os amigos mais íntimos, eles vão dizer que eu não sou uma figura tão moderada assim; que eu sou muito mais do golpe, muito mais da ação de...

M.M. – Do pau, de porrada.

L.G. – Talvez até eu faça um esforço para mediar um pouco essa tendência minha para essa ação mais agressiva, não é. Mas os elementos que estão embutidos na minha história religiosa, eu acho que condicionaram muito essa consciência, digamos assim. Agora eu sempre fui, desde pequeno, místico. Isso não é de hoje. Eu, antes de entrar na política, eu já era filiado à Morgue, a Associação do Rosa Cruz. Quando moleque, eu vi lá num jornal e comecei a fazer, por correspondência, uma discussão, quer dizer, receber material sobre essas correntes místicas. E nessa minha vida, esse outro lado (lar), digamos assim, é uma vida muito rica, porque eu sempre tive curiosidade intelectual para entender certos fenômenos, que essas religiões exploram muito, como o fenômeno da possessão, por exemplo. O fenômeno da possessão, que ela existe na religião judaica, na religião católica, na religião evangélica, na religião budista e, principalmente, nas religiões de tipo primitiva como umbanda, candomblé, sempre me chamou a atenção; porque ela é pouco estudada, ela é meio... Por isso que ela é esotérica. Ela é muito esotérica pelo rito. Não é esotérico, no sentido de oculto, pelas verdades que eles querem explicitar, não, é pelos ritos. Porque os ritos são tão... tão diferente... O estado de possessão é uma coisa maluca, não é. Eu vi isso também na religião dos meus pais. Na

religião dos meus pais, da terra de Okinaua, não existe a figura da meia idade, existe a veneração aos antepassados; você cultua os antepassados. Mas lá tem a sacerdotisa, que na umbanda é o preto velho, que é a pessoa que incorpora, na religião dos meus pais é a mulher, é uma sacerdotisa.

M.M. – Qual é a religião dos seus pais?

L.G. – Tem uma linhagem mais... daquela linhagem do Oriente; vem do taoísmo, é xintoísmo... É uma mistura, não é, porque é uma ilhazinha, pequenininha, Okinaua, não é. E esses fenômenos sempre me chamaram a atenção. Por conta disso, eu ingressei em várias escolas de pensamento religioso e místico. Então você... Mas não é só...[ri] O budismo foi, na verdade, um carimbo que eu mesmo dei, para que...

M.M. – Para essa reflexão maior.

L.G. – Não. Para que eu não fosse também taxado de um louco. Porque o budismo é uma religião oficial, que tem milhões de pessoas. Agora se eu falar que começava a estudar a umbanda, a cabala, todas as religiões da terra dos meus pais, se eu fosse falar muito sobre isso, as pessoas iam achar que eu era um louco. Mas não é isso. Isso sempre foi uma... na verdade, um atrativo intelectual. Eu sempre tive muita curiosidade com isso, então os meus livros a respeito dessas coisas são... é uma coisa eclética. Evidentemente, com tanta especulação, por tanto tempo, você acaba se firmando em alguns conceitos, alguns pontos, não é. Mas foram importantes? Foi. Mas não foi bem o budismo. O budismo teve um papel relevante, sim. Mas... Foi o processo que eu mais eu me joguei, o budismo mesmo, é verdade, em participar de ritos em templos budistas, essas coisas, em leitura; mas não foi a única, não. Por exemplo, em 89, eu lia todo dia o Evangelho segundo Kardec, numa prática que é muito comum, das pessoas abrirem a bíblia, ler uma parte da bíblia; e eu lia o Evangelho segundo Kardec. Em plena campanha de 89. Você imagina. [[risos] Isso porque... foi uma coisa... Eu recebi, no meio da campanha, o livro, de uma pessoa que eu só fui descobrir anos depois que foi ela que deu esse livro para mim. E eu não identificava a assinatura. Falei: mas quem é que deu para mim? Mas eu achei interessante e lia todo dia. Para você ter uma idéia, quer dizer, como é que eu exercitei essa atividade religiosa, por muito tempo. E gosto muito dessa matéria. E acho que um dos elementos do grande problema civilizatório é um erro de interpretação que o Iluminismo faz às religiões. Esse é o nó. E para mim, é o principal nó que existe, onde resume os problemas. O

principal nó civilizatório, para mim, é uma interpretação equivocada que o Iluminismo fez da religião. O Iluminismo assumiu, na verdade, como critério...

M.M. – Um racionalismo, não é.

L.G. – Não. Mas não é o racionalismo como uma marca do Iluminismo, não; é a maneira como analisou a religião. Porque... E a maneira como o Iluminismo assumiu a crítica religiosa é a mesma que uma organização religiosa faz de outra organização. Eu quero dizer o seguinte. Todas assumiram, no exercício crítico à religião, a idéia de que a religião tem uma marca – eu acho que não é verdadeira – que é a da verdade única. Ou seja, o cristão, ele não admite a Verdade revelada do judeu, do Islã. O do Islã não admite a Verdade revelada, e assim por diante. Então, cada qual só admite como verdade única a manifestação dada pela sua representação profética, que é o...do Cristo, católico. Só que as normas que são destiladas pelas organizações são de natureza moral, são ordenadoras de comportamento. Normas morais que têm conteúdo absoluto, é uma besteira. Então o judeu que não come carne de porco porque o Moisés falou lá, há tantos mil anos atrás, é uma aberração racional. O Iluminismo peca por exercitar a crítica como se a religião fosse, inerentemente, uma organização que professasse sempre a verdade religiosa, não admite a verdade progressiva no conteúdo religioso, do ponto de vista moral. E aí o Iluminismo assume como condutora do aperfeiçoamento moral dos homens, como ordenadora do comportamento moral, em substituição às grandes instituições religiosas que, no passado, foram as propulsoras do processo civilizatório. E aí, eu acho, a humanidade se encalacrou. Quem faz, hoje, o exercício crítico para o ordenamento moral? Intelectual e imprensa, o jornalista. Então o jornalista, ele se vê na condição de sentar na máquina e exercitar a crítica moral do alheio sem que ele esteja sendo exigido como exemplar na instrução que ele dá para o alheio. É um absurdo do ponto de vista moral. Porque a moral só tem consistência quando você é exemplar naquilo que você professa. Por isso que Cristo tem força, por isso que Maomé tem força, porque foram exemplares na conduta. Então o jornalista que se arvora da capacidade do exercício moral, se ele tiver a conduta como exemplar, até pode fazer; mas, tem? O intelectual tem? Essa é a encalacrada. O Iluminismo jogou para si a responsabilidade de ordenar moralmente. Não vai resolver esse problema histórico. É histórico. E aí vem toda uma discussão sobre o que é processos religiosos; que eu acho que nós somos herdeiros da tradição iluminista, a gente só vê o copo vazio, ou seja, só vê a degeneração da Igreja, na verdade, não da religião, da Igreja. E o Voltaire aí é o grande

artífice desse conceito, não é. Então, a religião para mim, voltando agora ao tema, não é só um assunto de agarramento ao mundo místico para responder problemas terrenos, é também uma especulação de natureza racional, para entender o mundo mesmo, hoje. Eu sou muito preocupado com essa temática. E vejo que essa é uma encalacrada. Para mim é o nó intelectual, que terá que ser resolvido, primeiro, por nós, que somos herdeiros do Iluminismo, porque ela fracassou no seu intento. Três séculos já. É o suficiente para mostrar que ela fracassou. Agora, como é que vai ser o substituto? Ah! aí sim, aí é outra discussão. Mas aí eu acho que tem que entrar no debate sobre o fenômeno religioso. Por isso que eu faço essa... esse (livro), não é. Então, veja, quando as pessoas me chamam de zen-budista, isso não me diminui. Eu acho bom, eu acho bom que haja um carimbo institucional, porque permite eu dialogar dessa maneira com vocês. [ri] O duro é se alguém falasse que eu era um maluco esotérico, está certo? [ri] Só não falam porque o budismo, ele é uma instituição. O que também facilita eu conversar isso. Isso ajudou a moldar um comportamento? Ajudou a moldar muito o meu comportamento, muito, muito, muito, mas muito. Hoje, eu prezo muito essas coisas. Os meus filhos em particular, a minha família, que é a primeira instância, no qual eu tenho que ter o controle. Eu formei meus filhos com base em ritos; mas não ritos de movimentos corporais. Não. Mais no sentido devocional mesmo. Eu fazia reuniões toda semana com meus filhos, a família inteira, para discutir; pegava um texto religioso e discutia com eles. Discutia o seguinte. Qual o princípio moral que está por trás? Por que foi dito isso? Qual é a opinião de vocês? E discutia isso toda semana. Evidente que depois, cresceram, cada um foi para um lado, acabou. Mas eu fazia, sistemático, todo domingo, tinha reunião familiar para discutir um tema. Inclusive, eu fazia questão de dizer o seguinte. Vocês vão aproveitar a oportunidade de discutir mas vai aproveitar a oportunidade de aprimorar coordenação de reunião. Vocês vão coordenar. E meus filhos brigavam para coordenar.

M.M. – Quantos filhos?

L.G. – Três filhos. “Hoje, eu quero coordenar, pai.” Então está bom. Você faz a pauta aí. Como é que você faz a pauta. Pergunta quais são os pontos, como é que vai ser... E eu fazia isso com os meus filhos direto, os três filhos. Porque eu acho – uma coisa que eu aprendi também, ao longo desse período – que a atividade de coordenar é uma atividade fundamental. Fundamental. Fundamental. E, hoje, eu entendo que a potência que existe na sociedade, a energia represada que existe na sociedade, para liberar esse espírito construtivo, ela é muito

represada porque a sociedade não descobriu ainda, e os governantes em particular, que se encontrar pessoas e jogar pessoas junto à sociedade, principalmente os mais pobres, para que eles possam se juntar para discutir determinados problemas e tentar encontrar soluções coletivas, isso libera uma enorme potencialidade. As empresas, que antigamente viviam em estruturas verticais, hoje, assumem estruturas horizontais. Que no fundo são processos coletivos, de níveis inferiores que dão opinião a respeito de certos problemas e potencializa a capacidade criadora da organização empresarial. Mas na sociedade, é possível aplicar esse mesmo princípio, aliás, com muito mais força; mas, para fazer isso, tem que ter gente que facilita. Por isso que... não é à toa que várias organizações, eles chamam isso de facilitadores, não é, de coordenadores, facilitadores.

A. F. –Moderador.

L.G. – Moderador. Eu vejo essas pessoas com essa formação como uma necessidade social. Uma sociedade, para dar seu *upgrade*, precisa liberar as energias que estão hoje represadas, que só podem ser liberadas quando formas coletivas, na busca de solução de problemas reais, sejam montadas. Mas, para isso, precisa ter – alguns chamam de liderança, outros chamam de facilitador, coordenador. Precisa ter; se não, não tem jeito. Espontaneamente o povo não faz isso, não é. E isso tem um traquejo também, uma maneira.

M.M. – Um aprendizado.

L.G. – Um aprendizado. Por isso que eu falo, o moderador é importante. E moderador vem de moderação, então, um pouco a raiz dessa explicação que eu dei para vocês aqui, o que é moderação, está um pouco nisso, porque... um dos grandes desafios é juntar pessoas; tem que ser moderado nisso aí. Se você postula uma posição só, você não é capaz de moderar ninguém. Não é verdade? Então, uma liderança, ela tem que saber ser moderadora, ele tem que saber conduzir o processo coletivo. E isso a religião trouxe para mim, sim, trouxe, muito fortemente. E eu quando analiso o partido nos conceitos que ele cria, eu acho que o partido peca na sua teoria. Por exemplo, o orçamento participativo, que é um dos maiores avanços do PT em matéria de administração da coisa pública. Se você ler alguns textos sobre o orçamento participativo, o seu fundamento, a explicação está muito centrada na teoria da democracia, portanto naquilo que diz respeito a poder. Porque democracia, não é só o direito do cidadão explicitar, é o exercício do poder, compartilha capacidade decisória. Quando você foca na teoria, no fundamento, apenas esse espaço, você deixa de observar outros fenômenos. Então,

eu tenho dito o seguinte. O orçamento participativo não é apenas o compartilhamento do poder para outros atores sociais, é mais do que isso. Então, quando você junta representantes de um bairro que vai postular no orçamento participativo, num conselho, uma ponte, um outro representante, de outro bairro, foi escolhido para defender um hospital, o outro representante de bairro, para defender o asfalto, quando eles se reúnem –, fora das instituições clássicas, de vereança, deputado, essas coisas todas, mas o povo vindo –, delegado pela função de levar uma demanda e discutir no coletivo porque uma parcela escolheu esse cidadão, você não está apenas compartilhando o exercício do poder, e portanto, expressando o estágio da democracia mais elevado, você está fazendo muito mais do que isso; pelo seguinte fenômeno. O coletivo quando se reúne, aquele cidadão que defendia a escola, porque era a demanda do bairro e ele foi eleito para defender, ele pode dizer que o asfalto é mais importante, no elenco de prioridades; o que defendia a ponte pode achar que o asfalto daquele bairro é mais importante. Ora, o que aconteceu no momento em que essas pessoas que foram mandatários para discutir, para defender um assunto desloca e defende outro assunto? É que ele teve conhecimento de realidades mais complexas. Então o coletivo, na verdade, ele propicia que as pessoas...

M.M. – É troca de experiências, não é.

L.G. – Essa palavra você pode utilizar; mas eu diria o seguinte: ele tem, na verdade, conhecimento de realidades mais complexas. Agora vem o nó. Se as pessoas num coletivo foram imbuídas de espírito público ou de intenções positivas, vamos chamar assim, não há mecanismo social mais potente do que isso. Porque no fundo, no fundo, o homem interfere na natureza descobrindo realidades que a natureza tem dentro dela. Ele descobre, ele descobre e altera, descobre e altera. E essa é a faculdade humana que nos distingue de outros seres. O animal não faz isso porque não conhece realidade, ele não tem conhecimento da realidade. O homem domina a natureza como? Conhecendo a natureza. É pelo conhecimento. Só que esse conhecimento, quando você permite que as pessoas... detém (detenham) ela em nível mais ampliado, significa que o domínio sobre a natureza é muito maior, tem um sentido fenomênico, um sentido... Aí que falo da ação dos homens. Se ele for motivado pelo público, não há estrutura social mais importante do que isso, porque o que você está oferecendo é um mecanismo social de conhecimento da natureza, de realidades mais complexas, então você domina mais. Porque o domínio da natureza só se dar pelo conhecimento, não se dá por outro fator. Só com conhecimento, e ele entra num mundo infinito, porque o conhecimento da natureza, ele é



infinito, você vai conhecendo gradativamente. Então, conhecer realidades mais complexas, no fundo, no fundo, é permitir ao homem maior domínio sobre a natureza. E aí, entrando na questão clássica, nós temos problema para resolver. Sim, mas problemas, nesse nível que eu estou explicando, na verdade, são questões da natureza; que, se explicitadas num universo mais amplo de conhecimento, os homens conseguem dominar mais. Mas, para escolher entre fazer uma ponte e dar um asfalto, é preciso que o espírito público ocorra, a intenção positiva ocorra. Eu quero dizer o seguinte. Esse fenômeno o PT não incorpora na sua teoria, porque ele só exercita a teoria do ponto de vista das categorias do poder – é democracia, ampliação da democracia, ampliação do espaço democrático – que tem as suas vantagens, talvez a mais importante vantagem, nós estamos falando de instituições que disputam o poder; mas há um fenômeno anterior; que eu acho que isso, sim, ele é muito mais forte. Não é à toa que quando você começa a avaliar os programas sociais, que nós estamos ampliando numa escala muito grande, já tem muitos analistas – o Ricardo de Barros, não é, aquele rapaz do IPEA, que eu considero uma pessoa muito inteligente, ele fala uma coisa que me chama a atenção porque está vinculado a isso que eu estou falando. Ele fala assim: as bolsas, os programas assistenciais, mesmo vinculando à escola, ele resolveu o segundo estágio; mas é preciso entrar num outro estágio, no estágio de permitir que as pessoas se capacitem para resolver problemas. Isso que o Ricardo fala. Você precisa dar outro estágio. E eu gosto muito dessa idéia porque vai de encontro ao que eu estou falando. Capacitar as pessoas que estão desprovidas de meios materiais, que são os pobres, mas que têm possibilidade de resolver vários problemas no âmbito deles, precisa dessa força social que é um processo coletivo de discussão. Porque eles compreendem a natureza dos problemas. E se você incorpora... Olha só, que coisa importante. Se você incorpora no coletivo conhecimentos mais complexos da realidade deles mesmos, tal como eles vêem, mas traz o conhecimento – que é chamados cursos de extensão universitária – na busca de tecnologias sociais, que... o conhecimento mais científico, traz, para ser aplicado ao nível do consumo desse povo... E a experiência, hoje, de tecnologia social é: o centro de extensão universitária discute com o governo local, na busca de uma tecnologia de consumo fácil por parte das comunidades. Porque você tem problema que pode ser resolvido por tecnologia, só que não é consumido, a pessoa não tem capacidade de consumir. Então você encontra uma forma de tecnologia. Quando você funde esses saberes, você está potencializando a capacidade de solução de problemas num nível extraordinário. Mas eu acho que falta uma teoria mais adequada para o PT. E para quem pensa essa política. E eu acho que

nisso que eu estou falando encontra-se um componente chave. O Paul Singer já descobriu, eu vejo vários textos dele, já acha que é um pouco isso. Então começa a criar-se mecanismos de governança para exercitar mais isso aí. Mas falta uma teoria mais acabada. Eu estou dando aqui minhas opiniões.

M.M. – Claro. Mas é isso que a gente quer.

A. F. – Eu concordo que, na teoria, o PT nunca trabalhou muito isso; mas na experiência, que vinha de educação popular e tal, isso estava presente, não é.

L.G. – Tinha. Estava.

A. F. – Não estava elaborado, talvez.

L.G. – Mas de qualquer maneira, quando você fala em troca de experiência, eu não gosto desse conceito.

M.M. – É. É menor do que o que você está falando.

L.G. – Você tem que chegar na coisa essencial, para eu postular uma afirmação universal. A minha afirmação universal é o seguinte. Não há mecanismo social... Eu que estou falando. Eu estou falando uma coisa... [ri] É diferente. Não há mecanismo social mais potente do que esses processos coletivos, onde o sujeito da ação, que tem interesse no problema, se juntam para discutir. Não há. Não há tecnologia que resolve, que substitui essa capacidade. Porque é um problema da natureza intrínseca às coisas. Aí eu parto para a filosofia. O que distingue o ser humano é a capacidade de intervir na natureza; mas de intervir por um atributo, que é o atributo do conhecimento. Mas o conhecimento do quê? Da natureza. Mas então, se eu consigo transformar esse conhecimento – que é infinito – em processos gradativos de absorção desse conhecimento, você está na verdade potencializando a capacidade de intervir nela, a natureza. Está entendendo? Por isso que eu chamo de... eu coloco a definição no campo de como adquirir conhecimento. Por isso que eu falo, os níveis coletivos têm a faculdade de apropriar realidades mais complexas da natureza. Entendeu? Porque ela é infinita na sua capacidade; mas você só consegue dar o *upgrade* assim.

M.M. – Claro.

L.G. – Então veja, as organizações empresariais descobriram isso aí já. Então, tem várias teorias administrativas que difundem horizontalidade, opinião que se discute, para discutir

alternativas, é muito por causa disso, da capacidade humana de descobrir soluções. Imagine isso aplicado em nível de governo. O dia que o presidente Lula se imbuir definitivamente de algo desse tipo, ele faz uma revolução nesse país. E a custo barato. Agora, tem um componente complicado. É o que eu chamei de o espírito público. Sem o espírito público, aí, o que vale é o exercício do poder estrito senso do grupo que ele está ali representando. Ele pode fazer daquele conhecimento um elemento de barganha ou dificultamento. Aí é complicado.

A. F. – Corporativo, setorial...

M.M. – É. Eu acho que tem o espírito público e eu acho que tem a questão da capacidade do moderador nessa história. Por isso também, dependendo de como acontece, pode se esvaziar. Você pode fazer esse encontro, essa discussão, e isso não dá esse *upgrade* que você... O *upgrade* não é obrigatório.

L.G. – Não é obrigatório.

A. F. – Tem que criar o processo.

M.M. – Tem que ter um processo.

L.G. – E aí o moderador, ele tem um papel... chave.

M.M. – Fundamental. Concordo totalmente. Nós já estamos debatendo. A entrevista já não... [ri]

L.G. – Não, mas veja, a carência... Eu costumo dizer... Eu montei uma rede de tecnologia social. Aí vou voltar para o SECOM. Porque eu tinha...

M.M. – Você podia falar um pouquinho agora, juntando aí, o que é esse núcleo de ação estratégica? Como é que se desdobra isso?

L.G. – Aí são umas duas horas de discussão. [ri]

M.M. – Não. Rapidinho. A gente não pode ir embora sem você, pelo menos, dar um toque rápido sobre isso.

L.G. – Mas deixa eu só falar... Só aproveitar essa onda aí da... Como eu falei de tecnologia social... Eu botei o pessoal da SECOM, botei uma equipe da SECOM, para que eles organizassem uma rede de tecnologia social, para que eles pudessem trocar informação. O que é tecnologia social? É a tecnologia como resultante de dois saberes: da comunidade local (estou

falando da comunidade pobre) e do saber científico, que são os cursos de extensão universitária. Que está cheio de experiências assim no Brasil. Que criam tecnologias aplicáveis. Então, por exemplo, na agricultura, tem muito pequeno agricultor que usa lá a... uma criação de porcos, que faz com que as fezes dos porcos vá para o ( ciclo ) e gera não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê, e... uma cadeia alimentar que qualquer um monta. Tem ene experiências disso. Eu disse: olha, vamos juntar tudo e expandir esse conceito. E alguém vai ter que pagar. O INCT pagou esse esforço. Mas nós conseguimos, depois de um esforço cavalhar, juntar todas essas experiências de tecnologia social; e, hoje, está no INCT, numa rede chamada Rede de Tecnologia Social, onde o pessoal da Petrobras, Fundação Banco do Brasil, universidades, tudo, se juntam, num coletivo, para discutir. Qual é o problema da difusão dessas tecnologias. Eu conversava muito com Paulo Okamoto, do Sebrae. O problema da difusão dessas tecnologias é a ausência do facilitador de escala. Olha só. Você tem tecnologia, hoje, passível de ser implantada em ene comunidades, para a solução de problemas graves, para eles, mas simples na solução. Mas precisa de um facilitador. Precisa de um moderador.

[FINAL DA FITA 3-A]

L.G. – (.....) um dos problemas sociais do Brasil é a ausência do moderador, do facilitador, haja apoio teórico e *lobby* para prosseguir isso. As pessoas não entendem isso aí. A sociedade vai demorar um pouco ainda, infelizmente, para ter esse entendimento, que essa figura é tão chave assim. Tinha que ter escolas de formação de facilitadores. Escola, sabe. Preparar um exército de pessoas para fazer isso. Porque existem vários mecanismos, hoje...

M.M. – Vários níveis, várias formas de fazer isso.

L.G. – É. Isso, sim, é uma estratégia de ação pública que tem efeito vigoroso. Vigoroso. Bom. Indo para o NAE. Na verdade, o NAE (Núcleo de Ação Estratégica) é o seguinte. A preocupação minha, na verdade, é tentar introduzir no âmbito do Estado uma ferramenta que se torne ferramenta de Estado, e não de governo. Eu notei, ao fazer o estudo sobre prospecção estratégica, no caso brasileiro, você tem experiências desde o Plano SALTE, de 45 até hoje, vários planos – vamos chamar de planejamento estratégico, para facilitar um pouco o que eu quero dizer. Então você teve o Plano de Metas do JK, os planos nacionais de desenvolvimento na época da ditadura militar, e assim por diante. Nós localizamos dois grandes eixos motores nesses movimentos de plano estratégico. Num primeiro momento, o eixo é a indústria pesada em matéria de infra-estrutura, é o grande eixo dos planos estratégicos. E num segundo

momento, principalmente depois da crise fiscal que se abateu sobre os países, principalmente, na América Latina, o eixo tinha sido o equilíbrio macroeconômico. Então, a primeira definição nossa foi o seguinte. Qualquer tipo de plano estratégico que pense o futuro, tem que definir qual é o eixo condutor. Então, a teoria é o seguinte. Ainda que infra-estrutura e equilíbrio macroeconômico foram importantes, o plano estratégico, o futuro passível de ser assimilado pela sociedade, tem que estar sob outro guarda-chuva. E nós definimos aqui, arbitrariamente, que o guarda-chuva é o conhecimento. Esse deve ser o eixo motor. E o conhecimento para mim, do ponto de vista da facilidade de entendimento, dado que existem instituições e trabalhos nessa área, eu dividi em quatro áreas para ataque: educação formal, o sistema de ensino; ciência e tecnologia; inclusão digital; e tecnologia social. Se for atacar alguma coisa, ataca por aqui. E na educação formal o elemento central é: qualidade de ensino na educação fundamental. É elemento chave. E na qualidade de ensino na educação fundamental o elemento chave é o professor. Então, se você for destrinchar cada item dessa grande estratégia, é isso. Bom. Isso é o ponto de partida para você assumir algumas coisas no teu trabalho. Mas nós também tínhamos outro problema. Do ponto de vista metodológico, como é que se monta plano estratégico, a gente percebe que ao longo do tempo existe uma grande variação de formas de apresentação de planos; que, ao final, tem que cair no campo da decisão, senão não serve para nada. Eu ainda não consegui entrar nesse campo da decisão. A verdade é essa. Mas do ponto de vista do método, o que a gente também percebeu, é o seguinte... Em primeiro lugar, quem se apropria disso? Até a década de 70, os estados nacionais, os estados mesmo, tal como é a definição, se apropriava com muito mais sabedoria dos chamados métodos de planejamento estratégico, principalmente na área militar; aliás, ela surge da área militar. A partir da década de 70, você percebe, quase no mundo inteiro, uma migração dessa teoria, ou seja: tudo aquilo que envolvia... (Sung Fu), por exemplo, a arte da guerra, ele é um aplicativo conceitual para uma enorme bibliografia no campo da administração de empresas. Esse deslocamento de teoria de estratégia que sai do estado para o mercado, para as empresas privadas, é uma coisa recente na História. É a partir da década de 70. E eu acho que está muito ligado ao neoliberalismo, de certa maneira; ao estado como algo que tem que ser enxugado, tem que ser pensado só em atividades típicas como saúde, educação, não sei o quê, e fica restrito a isso. E isso vai dismantando certos saberes que o estado tinha. Bom. Só que nós temos que voltar agora ao Estado, a pensar isso. Ao ter que se apropriar de algum método, nós entramos em contato com várias empresas multinacionais que fazem consultoria a governos na área de planejamento

estratégico, e entramos em contato com vários governos que fazem isso; e o que mais bem elabora isso é a União Européia. Por quê? Porque plano estratégico, que na verdade é apontar futuro, na União Européia, por força dos contratos que os estados nacionais têm que estabelecer durante um prazo muito longo, eles foram obrigados a ter estudos de prospectiva de futuro com muito mais calibragem, então os métodos, na União Européia, sobre prospectiva, sobre planejamento estratégico são os mais avançados. Então, nós entramos em contato, fizemos convênio, e absorvemos uma variedade de conhecimentos sobre esse item – o que é um planejamento estratégico, o que é uma prospectiva –, e eu acho que, hoje, o NAE tem o processo mais completo de metodologia de prospectiva. Quer dizer, dotar de uma base racional, para que o decisor possa ter uma outra base. O decisor é assim, ele pensa – o governante, vai – no programa de governo dele, nos *lobbies*, no conhecimento adquirido na atividade corrente, na intuição dele. Eu estou oferecendo outra ferramenta para que ele coloque, que é uma ferramenta racional, no quadro de variáveis e alternativas muito complexas, que é uma nação. Então nós temos hoje –, e nós vamos lançar no *site*, de forma aberta –, os estudos sobre a sociedade brasileira, contratado com sete universidades; que foi desdobrando em diagnóstico sobre conjuntura, diagnóstico sobre retrospectiva... e em sete dimensões da sociedade brasileira: dimensão ambiental, territorial, econômica, cultural... Para segmentar, não é, para facilitar o estudo. Dessas análises de conjuntura e retrospectiva, permitiu-se o levantamento daquilo que nós chamamos na nossa teoria de *fatos portadores de futuro*. O que é que, aos olhos dos especialistas, hoje, está se manifestando e terá impacto futuro. Então nós arrolamos mil e duzentos fatos portadores de futuro, reordenamos em cinquenta temas estratégicos. Desses cinquenta temas estratégicos, fizemos várias pesquisas muito complexas; pesquisa onde mostra grau de importância, desejabilidade, probabilidade de ocorrência de cada meta estratégica – tipo: o Brasil vai ser o maior exportador de alimentos em 2022. Qual é o seu grau de convicção sobre isso? Enfim, é uma pesquisa muito complexa. Colocamos em modelos matemáticos, para medir capacidade de ocorrência; então são uns *softwares* muito complexos, nós chupamos de várias áreas e estamos, hoje, configurando para ser um *software* de domínio público. Então, fechando agora, um retrato daquilo que, aos olhos da consulta à sociedade e a especialistas, se configura como algo passível de ser conquistado em dois marcos temporais, que é 2015, 2022, como a melhor alternativa para você queimar o tempo histórico. Então nós temos várias projeções, vários cenários de futuro, baseado nessas estruturas de modelo matemático, de *software*, coisa que antigamente não tinha, e com pesquisas que, hoje,

a Internet favorece ser feito em baixo custo. É isso que eu quero mostrar para o pessoal da Fundação, para vocês se apropriarem disso aí. Então a NAE está fazendo um pouco disso. A minha idéia é, depois, tentar levar ao presidente uma outra idéia. Eu não tornei público ainda. Ver se o presidente concorda em tornar isso uma instância que vai ser dirigida por ex-presidentes da República. Minha idéia é criar um conselho, pelos ex-presidentes da República, que pense o planejamento estratégico pós período do governo de plantão, para não ter conflito; e para dar uma função para esses ex-presidentes, porque têm muita experiência concentrada, não é. E ter aí uma ferramenta de Estado. De tal maneira que os estudos que são feitos são passíveis de serem retificados, seja porque o governante deu outra decisão...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

L.G. – A NAE é um pouco isso, é um pouco dessa...

M.M. – É um projeto arrojado.

L.G. – Mais como uma ferramenta, que eu quero. Porque eu notei também o seguinte. O que tem de documento, de diagnóstico...

M.M. – Ah! e que se perde, não é.

L.G. – Se perde, sabe. A minha idéia é tornar isso um estoque de conhecimento que é passível de ser utilizado constantemente e passível de ser modificado mas numa rotina, numa rotina de estado, para que todos se apropriem. Essa é minha idéia. Então, eu estou jogando no *site* todos os estudos que as universidades fizeram. E ver se os próximos governantes vão se utilizar melhor, a máquina utilize melhor isso. Nós estamos fazendo isso *aqui*, por exemplo. É uma coisa que... Pouca gente faz isso. Eu estou pensando em fazer de maneira mais sintetizada, porque é uma coisa interessante. Análise da linha de ação. É um tema qualquer. (Lendo) Projeto de consolidação de participação de setores da sociedade civil ligada à agropecuária. Pontos fortes; pontos fracos; ameaça; oportunidade – aí tem os fundamentos; aí depois tem – a vantagem dessa linha de ação em comparativo com outra linha de ação. E... O que mais?... Enfim, é um formulário padrão. Análise com retrospectiva, análise do ambiente externo... De tal maneira que o decisor, ele tenha uma planilha – chamada ( *watchers*), que é analisar cada ação que se propõe a fazer a partir de viabilidade, ou financeira ou dos protagonistas que vão colidir... Enfim, projetar algo instrumental. Minha idéia é essa, fazer isso no NAE e passar isso para os partidos, para todo mundo. Vou começar a chamar os partidos agora, para dar todo

o material para eles. Abrir, abrir, abrir. E estou também sugerindo que o NAE seja um estimulador de planejamento estratégico para as organizações privadas e públicas. Então, o que é que eu fiz? Fiz um estudo de tudo quanto é esforço de planejamento, quem faz e como faz. Quem faz? Você quer pegar o planejamento da Coca-cola, está lá, quer pegar o planejamento da CNI, está lá. Como faz? São métodos. Então, o Sebrae tem uma forma, tal instituto, outra forma, o Nassif tem uma, o Reis Veloso tem outra, e assim por diante. De tal maneira que eu consiga centralizar não só quem faz, mas como faz, para...

M.M. – Um grande banco, não é.

L.G. – Um grande banco. Para que quem queira produzir ações estratégicas, com base num método, escolha os diversos métodos que tem. O NAE vai oferecer um método. A idéia é um pouco essa. Não tem muito segredo não. Mas é um desafio, porque o governante, ele vive o curto prazo, noventa e nove vírgula nove por cento. Não quer dizer que ele não pensa estrategicamente. Ele pensa. Só que não tem um aparato de informação e uma lógica muito clara. E eu quero tornar claro isso aí. Gente, mais uma perguntinha? Para fechar.

M.M. – Não, tudo bem. Acho que a gente já explorou muito o seu tempo. Não sei se você gostaria de falar mais alguma coisa.

L.G. – O que vocês estão fazendo, na verdade, é armazenando informações do passado do PT, não é isso?

M.M. – É.

A. F. –É. Mas tem dois produtos. Um produto é um banco de depoimentos. Assim como você está preocupado em socializar os métodos de planejamento, nós vamos socializar a experiência relatada por um grupo de vinte e cinco personalidades importantes na história do PT que a Fundação escolheu com o CPDOC. Os depoimentos vão ficar para consulta, tanto no CPDOC quanto na Perseu Abramo, como um legado.

L.G. – Eu tenho muito do documento que eu guardei, desse período que eu fui do sindicato e do PT, sabe. Até esses dias, eu fui limpar minha chácara, encontrei coisa... Estava pensando em dar para vocês.

M.M. – É, você devia dar.

A. F. – O Djalma (Bom) fez isso, recentemente.



M.M. – Como o CPDOC tem os arquivos pessoais... Porque essa documentação das pessoas forma os arquivos pessoais. E que é muito importante, porque você recupera...

A. F. – Nós temos todo interesse, com certeza.

L.G. – Vou dar para vocês, viu. Dar para vocês todos. Eu me dei conta de dois arquivão, agora, a semana passada, e tinha as pastinhas minha, que eu fazia lá. Porque quem criou minha linha sindical do PT fui eu. Lá, tem todo o procedimento que eu fiz, para o debate e tal. Falei, mas que riqueza de dados.

M.M. – Ah! isso é uma riqueza. Não pode perder isso.

A. F. – Com certeza. Nós temos já o do PC organizado, em convênio com a Unicamp, inclusive. E a gente não faz uma campanha mais forte para receber essa documentação porque a equipe é pequena, mas, com certeza, se você tiver interesse em doar, a gente...

L.G. – Posso mandar, viu. Posso pegar tudo... E vou dar até as pastas, com título, porque aí é fácil para vocês...

A. F. – Com certeza. Depois, a gente conversa contigo para...

M.M. – Fazer um termo formal.

A. F. – Isso. Fazer um termo formal e também pegar um pouco a lógica de como é organizado e tal, para facilitar a catalogação da coisa.

L.G. – Talvez, se eu desse uma revista nisso, era mais fácil a entrevista. Foi que eu não tive tempo. Eu estava dizendo para a Marieta o seguinte. Eu...

A. F. – Não, não. Mas a entrevista.... *(o gravador é desligado)*

[FIM DO DEPOIMENTO]